Opinion
GP
1994

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº S/Nº

Holambra, 10 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 050/94, de autoria dos Senhor Vereador Valter Costella, que dispõe sobre a Cobrança de Meia-Entrada em Estabelecimentos Culturais e de Lazer no Município de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Presidente da Comissão de
Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº S/Nº

Holambra, 10 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 050/94, de autoria dos Senhor Vereador Valter Costella, que dispõe sobre a Cobrança de Meia-Entrada em Estabelecimentos Culturais e de Lazer no Município de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº S/Nº

Holambra, 10 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 050/94, de autoria dos Senhor Vereador Valter Costella, que dispõe sobre a Cobrança de Meia-Entrada em Estabelecimentos Culturais e de Lazer no Município de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº179/94

Holambra, 26 de outubro de 1994

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº067/94, de autoria do poder Executivo, que Autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elabiração do parecer necessário desta Comissão

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P.

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº178/94

Holambra, 26 de outubro de 1994

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº067/94, de autoria do poder Executivo, que Autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elabiração do parecer necessário desta Comissão

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº176/94

Holambra, 26 de outubro de 1994

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº019/94, que Dispõe Sobre a Alteração do Anexo III, da Lei Complementar nº001/93, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº175/94

Holambra, 20 de outubro de 1994

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº066/94, de autoria do Senhor Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat, que Cria o Conselho Municipal de Entorpecentes e dá Outras Providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Presidente da Comissão de
Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Lazer e Turismo
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº174/94

Holambra, 20 de outubro de 1994

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº066/94, de autoria do Senhor Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat, que Cria o Conselho Municipal de Entorpecentes e dá Outras Providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº173/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº065/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº173/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº065/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº173/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº065/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº172/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº065/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº172/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº065/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº172/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº065/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº171/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº171/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº171/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº170/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº170/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº170/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº169/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas como destacamento da Polícia Militar Estadual e Delegacia de Polícia Civil, sediadas no Município de Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIP

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº169/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas como destacamento da Polícia Militar Estadual e Delegacia de Polícia Civil, sediadas no Município de Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

1

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº168/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas como destacamento da Polícia Militar Estadual e Delegacia de Polícia Civil, sediadas no Município de Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº168/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas como destacamento da Polícia Militar Estadual e Delegacia de Polícia Civil, sediadas no Município de Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº168/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº063/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas como destacamento da Polícia Militar Estadual e Delegacia de Polícia Civil, sediadas no Município de Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº167/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº064/94, que autoriza custeio de transporte escolar, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº167/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº064/94, que autoriza custeio de transporte escolar, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S.P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº167/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº064/94, que autoriza custeio de transporte escolar, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº166/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº064/94, que autoriza custeio de transporte escolar, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº166/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº064/94, que autoriza custeio de transporte escolar, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº166/94

Holambra, 14 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº064/94, que autoriza custeio de transporte escolar, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº165/94

Holambra, 05 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Decreto Legislativo nº001/94, que Dispõe Sobre as Honrarias do Município de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº164/94

Holambra, 05 de outubro 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Decreto Legislativo nº001/94, que Dispõe Sobre as Honrarias do Município de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº157/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ilustríssimo Senhor
VALTER COSTELLA
DD.Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº156/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Ilustríssimo Senhor
MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS
DD.Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº155/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ilustríssimo Senhor
IRAN DAIER BRUNHANI
DD.Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº154/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ilustríssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD.Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº153/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ilustríssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD.Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº152/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ilustríssimo Senhor
APARÍCIO DE ALMEIDA
DD.Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº151/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Ilustríssimo Senhor
ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
DD.Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº150/94

Holambra, 20 de setembro de 1994.

Senhor Vereador

Venho através do presente, solicitar à Vossa Senhoria, que seja indicado até o dia 19 de outubro de 1994, nomes de pessoas que residindo em nosso Município, nascido ou não em Holambra, hajam de qualquer modo contribuído, moral, intelectual e materialmente com nosso Município, com relevantes serviços, especialmente nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde e serviço de promoção social, devidamente acompanhado com um histórico dos relevantes serviços prestados.

Estes nomes indicados, serão encaminhados à uma comissão, que analisará todos os nomes e seus respectivos históricos e encaminhará os escolhidos, para serem homenageados com a entrega de honrarias.

A entrega destas honrarias, será em Sessão Solene, a ser realizada no dia 09 de dezembro de 1994, às 20:00 horas no Clube Fazenda Ribeirão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ilustríssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Vereador da Câmara Municipal de
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº149/94

Holambra, 13 de setembro de 1994

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº057/94, que Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Celebrar Termos de Convênio e Aditamentos com o Estado de São Paulo, Através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento, Objetivando o Desenvolvimento do Programa Patrulha Agrícola Municipal, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Ofício GP nº148/94

Holambra, 13 de setembro de 1994

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº057/94, que Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Celebrar Termos de Convênio e Aditamentos com o Estado de São Paulo, Através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento, Objetivando o Desenvolvimento do Programa Patrulha Agrícola Municipal, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº146/94

Holambra, 09 de setembro de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente,encaminhamos à Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº055/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza suplementação de verbas, para análise e elabração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº145/94

Holambra, 09 de setembro de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente,encaminhamos à Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº055/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza suplementação de verbas, para análise e elabração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº144/94

Holambra, 09 de setembro de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente,encaminhamos à Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº054/94, de autoria do Senhor Vereador Valter Costella, que dispõe sobre parceria entre o Município de Holambra e a iniciativa privada e dá outras providências, para análise e elabração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Obras,Planejamento, Serviços Públicos, Assistência Privada e Transporte
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº143/94

Holambra, 09 de setembro de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente,encaminhamos à Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº054/94, de autoria do Senhor Vereador Valter Costella, que dispõe sobre parceria entre o Município de Holambra e a iniciativa privada e dá outras providências, para análise e elabração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

1

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº141/94

Holambra, 09 de setembro de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente,encaminhamos à Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº053/94, de autoria do Senhor Vereador Valter Costella, que dispõe sobre requisitos para declarar entidades de utilidade pública,para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 140/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº051/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a realização de Convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Progama Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26.09.62, e das demais normas legais pertinentes.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº 139/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº051/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a realização de Convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Progama Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26.09.62, e das demais normas legais pertinentes.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 138/94

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Resolução nº003/94, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Holambra.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 137/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Resolução nº003/94, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Holambra.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 136/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº012/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Alteração do Anexo I da Lei Complementar nº001/93, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 135/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº012/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Alteração do Anexo I da Lei Complementar nº001/93, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 134/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº049/94, de autoria do Senhor Vereador Geraldo Theodorus Maria Van Schaik, que dispõe sobre Limitação para Exercício de Comércio Ambulante em locais que especifica.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 133/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº049/94, de autoria do Senhor Vereador Geraldo Theodorus Maria Van Schaik, que dispõe sobre Limitação para Exercício de Comércio Ambulante em locais que especifica.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 132/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº048/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre concessão de isenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, I.S.S.Q.N. e taxas decorrentes de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante.

Sem mais para o momento, aproveitamos o enseljo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 131/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº048/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre concessão de isenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, I.S.S.Q.N. e taxas decorrentes de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 130/94

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº047/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Isenção de Taxas e Impostos Municipais por período que especifica, empresas em instalação no Município, e/ou empresas locais em expansão, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 129/94

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº047/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Isenção de Taxas e Impostos Municipais por período que especifica, empresas em instalação no Município, e/ou empresas locais em expansão, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 128/94

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº046/94, de autoria do Poder Executivo que, dispõe sobre Isenção de Taxas e Impostos o Centro Turístico de Holambra, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 11 de agosto de 1994.

OFÍCIO Nº:- 127/94

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº046/94, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre Isenção de Taxas e Impostos o Centro Turístico de Holambra, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e distinta consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

EXMO.SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

C Φ M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de SIo Paulo

Ofício nº 127/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfaçIo de passar às mIo de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº011/94, que altera o dispositivo da Lei Orgânica Municipal, para anâlise e elaboraçIo do parecer necessário desta ComissIo.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideraçIo.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da ComissIo de
ConstituiçIo, Justiça e RedaçIo
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 125/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº011/94, que altera o dispositivo da Lei Orgânica Municipal, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 124/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº045/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com a Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de São Paulo, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 123/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº045/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com a Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de São Paulo, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 122/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº045/94, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com a Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de São Paulo, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Obras, Planejamento, Serviços Públics, Atividades Privadas e Transporte.
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 121/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº044/94, que autoriza o Poder Executivo a fornecer sem encargos, planta construtiva econômica e isenção de taxas, para construções de até 70 m2, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Obras, Planejamento, Serviços Públics, Atividades Privadas e Transporte.
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 120/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº044/94, que autoriza o Poder Executivo a fornecer sem encargos, planta construtiva econômica e isenção de taxas, para construções de até 70 m2, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 119/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº044/94, que autoriza o Poder Executivo a fornecer sem encargos, planta construtiva econômica e isenção de taxas, para construções de até 70 m2, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 118/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº043/94, que autoriza o Poder Executivo a receber empréstimo, com encargos, bens móveis da Cooperativa Agropecuária Holambra e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 117/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº043/94, que autoriza o Poder Executivo a receber empréstimo, com encargos, bens móveis da Cooperativa Agropecuária Holambra e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 116/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº043/94, que autoriza o Poder Executivo a receber empréstimo, com encargos, bens móveis da Cooperativa Agropecuária Holambra e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Obras, Planejamento, serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes.
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 115/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº042/94, que autoriza o Poder Executivo a doar próprio móvel que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Obras, Planejamento, serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes.
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 114/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº042/94, que autoriza o Poder Executivo a doar próprio móvel que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 113/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mão de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº042/94, que autoriza o Poder Executivo a doar próprio móvel que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 111/94 Holambra, 02 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº041/94 de autoria do Senhor Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat e outros, que dispõe sobre declarar de utilidade pública, entidade que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 111/94 Holambra, 02 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº041/94 de autoria do Senhor Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat e outros, que dispõe sobre declarar de utilidade pública, entidade que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício nº 126/94 Holambra, 04 de agosto 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência, RECURSO, apresentado pelos Senhores Vereadores Iran Daier Brunhani, Marcel Donizete de Souza Campos e Valter Costella, contra Ato do Senhor Presidente desta Casa de Leis, para análise e elaboração do Projeto de Resolução referente a este Recurso.

Sem mais para o momento, aproveito para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
Holambra - SP -

05.08.94

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 20 de julho de 1994.

OFÍCIO Nº:- 110/94.

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar Nº010/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário dessa Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Holambra, 20 de julho de 1994.

OFÍCIO Nº:- 109/94

SENHOR PRESIDENTE

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar Nº010/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário dessa Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. PRESIDENTE DA CAMISSÃO DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
HOLAMBRA - SP

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Oficio GP nº 108/94 Holambra, 12 de julho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº040/94 de autoria do Poder Executivo, que Autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 107/94 Holambra, 12 de julho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº040/94 de autoria do Poder Executivo, que Autoriza Suplementação de Verbas, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 106/94 Holambra, 12 de julho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº039/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização para a complementação de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 105/94 Holambra, 12 de julho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº039/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização para a complementação de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 104/94 Holambra, 12 de julho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº039/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização para a complementação de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Presidente da Comissão de
Saúde,Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 103/94 Holambra, 12 de julho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº038/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre concessão de isenção de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ISSQN, a evento que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 102/94 Holambra, 12 de julho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº038/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre concessão de isenção de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ISSQN, a evento que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 099/94 Holambra, 24 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº036/94 de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Executivo a celebrar acordo com a Atlas Agro Pecuária LTDA, paradesapropriaçãode imóvel, e dá outras providências. para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 098/94 Holambra, 24 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº036/94 de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Executivo a celebrar acordo com a Atlas Agro Pecuária LTDA, paradesapropriaçãode imóvel, e dá outras providências. para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 097/94 Holambra, 22 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº009/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a conversão do Anexo III da Lei Complementar nº001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 096/94

Holambra, 22 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº009/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a conversão do Anexo III da Lei Complementar nº001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 095/94 Holambra, 08 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº035/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para receber em doação, sem encargos, bem móvel do município de Santo Antonio de Posse e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 094/94 Holambra, 08 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº035/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para receber em doação, sem encargos, bem móvel do município de Santo Antonio de Posse e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 093/94 Holambra, 01 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº034/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Presidente da Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 092/94 Holambra, 01 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº034/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 091/94 Holambra, 01 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº034/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, finanças e Contabilidade.
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 090/94 Holambra, 25 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº033/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre concessão de isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - I.S.S.Q.N, a evento que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, finanças e Contabilidade.
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 089/94 Holambra, 25 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº033/94 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre concessão de isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - I.S.S.Q.N, a evento que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 088/94 Holambra, 18 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº032/94 de autoria do Poder Executivo que altera o Plano Plurianual e autoriza a abertura de crédito Especial, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Presidente da Comissão de
Saúde, Educação, Cultura, Assistência social, Lazer e Turismo
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 087/94 Holambra, 18 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº032/94 de autoria do Poder Executivo que altera o Plano Plurianual e autoriza a abertura de crédito Especial, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 086/94 Holambra, 18 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº032/94 de autoria do Poder Executivo que altera o Plano Plurianual e autoriza a abertura de crédito Especial, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 085/94 Holambra, 18 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 008/94, que dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 084/94 Holambra, 18 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 008/94, que dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 083/94 Holambra, 18 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Resolução nº 002/94, de autoria dos senhores vereadores Andreas Adrianus Antoniu Graat e outros, que dispõe sobre o fornecimento de vale transporte aos servidores da Câmara Municipal, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 082/94 Holambra, 18 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Resolução nº 002/94, de autoria dos senhores vereadores Andreas Adrianus Antoniu Graat e outros, que dispõe sobre o fornecimento de vale transporte aos servidores da Câmara Municipal, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 081/94 Holambra, 11 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 031/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o fornecimento de vale transporte aos servidores municipais de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 080/94 Holambra, 11 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 031/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o fornecimento de vale transporte aos servidores municipais de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 079/94 Holambra, 02 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 028/94, que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1995 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Presidente da Comissão de
Saúde, Educação, cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo.
Holambra - SP -

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 074/94 Holambra, 02 de maio de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº030/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a conceder ajuda financeira à Corporação Musical Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº073/94 Holambra, 28 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de lei nº 029/94 , de autoria do Poder Executivo, que autoriza o poder Executivo a celebrar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de são paulo, objetivando o desenvolvimento de programas e ou eventos ligados a agricultura e abastecimento, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. presidente da Comissão de
Orçamento, finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº071/94 Holambra, 028 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de lei nº 028/94 , de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Diretrizes orçamentárias, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 070/94 Holambra, 28 de abril de 1994.

Senhor presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 028/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes Orçamentárias para o ano de 1995 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. presidente da Comissão de
Constituição, justiça e Redação.
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 069/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº026/94, de autoria do Poder Executivo, que institui o plano municipal de saúde de Holambra para fins que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO DE SOUZA
DD. Presidente da Comissão de
Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, lazer e Turismo
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 068/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei complementar nº 006/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei complementar nº001/93 e dá outras providências, para a Casa da Agricultura, para fins que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 067/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei Complementar nº 006/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei complementar nº001/93 e dá outras providências, para a Casa da Agricultura, para fins que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 066/94

Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº027/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado ds Negócios da Agricultura e Abastecimento, objetivando a construção de prédio para a Casa da Agricultura, para fins que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 065/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº027/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado ds Negócios da Agricultura e Abastecimento, objetivando a construção de prédio para a Casa da Agricultura, para fins que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 064/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº026/94, de autoria do Poder Executivo, que Institui o Fundo Municipal de Saúde de Holambra para fins que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 063/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº026/94, de autoria do Poder Executivo, que Institui o Fundo Municipal de Saúde de Holambra para fins que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 062/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº025/94, de autoria do Poder Executivo, que Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá providências correlatas, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 061/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº025/94, de autoria do Poder Executivo, que Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá providências correlatas, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, justiça e Redação
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 060/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº024/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Termos de Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e abastecimento, objetivando a participação no sistema Estadual Integrado de Agricultura e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

C Â M A R A M U N I C I P A L D E H O L A M B R A
Estado de São Paulo

Ofício GP nº 059/94 Holambra, 19 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº024/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Termos de Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e abastecimento, objetivando a participação no sistema Estadual Integrado de Agricultura e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Cnstituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 053/94 Holambra, 15 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 022/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração do Anexo I, da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 053/94 Holambra, 15 de abril de 1994.

Senhor Presidente

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 022/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração do Anexo I, da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 052/94

Holambra, 06 de abril de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, encaminho à Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 021/94, de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre a Concessão de Isenção de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, I.S.S.Q.N, a evento que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 051/94 Holambra, 06 de abril de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, encaminho à Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 021/94, de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre a Concessão de Isenção de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, I.S.S.Q.N, a evento que especifica, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

HOL... BRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 050/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 005/94, que Dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 050/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 005/94, que Dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 049/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 005/94, que Dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão
de Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 049/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 005/94, que Dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão
de Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 049/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar nº 005/94, que Dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão
de Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 048/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 020/94, que autoriza a Prefeitura Municipal a receber por doação, imóvel que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S.P.

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 047/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 020/94, que autoriza a Prefeitura Municipal a receber por doação, imóvel que especifica e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão
de Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 046/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos ás mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 019/94, que dispõe sobre a ampliação da área do Perímetro urbano do Município e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 045/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 019/94, que dispõe sobre a ampliação da área do Perímetro urbano do Município e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão
de Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 044/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 018/94, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, através da Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de São Paulo, objetivando a prestação de Serviços Suplementares de Segurança do Município de Holambra, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 043/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 018/94, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, através da Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de São Paulo, objetivando a prestação de Serviços Suplementares de Segurança no Município de Holambra, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão
de Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 042/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 017/94, que autoriza ajuda alimentação para funcionários públicos Municipais do Poder Executivo e Legislativo, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 041/94 Holambra, 23 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 017/94, que autoriza ajuda alimentação para funcionários públicos municipais do Poder Executivo e Legislativo, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 040/94 Holambra, 16 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 015/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a conceder ajuda financeira à Corporação Musical Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor:
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da
Comissão de Orçamento, Finanças e
Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 039/94 Holambra, 16 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 015/94, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a conceder ajuda financeira à Corporação Musical Holambra e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelêntíssimo Senhor:
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da
Comissão de Constituição,
Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 038/94 Holambra, 16 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 016/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre ajuda de custo para empregados em curso de nível superior, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor:
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da
Comissão de Orçamento, Finanças e
Contabilidade
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 037/94 Holambra, 16 de março de 1994

Senhor Vereador:

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 016/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre ajuda de custo para empregados em curso de nível superior, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor:
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da
Comissão de Constituição,
Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP Nº 035/94 Holambra, 08 de março de 1994.

Senhor Vereador:

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 014/94, que autoriza o Executivo Municipal a implantar o serviço municipal de Transporte Coletivo e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Donizete Carvalho da Silva
DD. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 032/94 Holambra, 24 de fevereiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência o projeto de Lei nº 010/94 de autoria do Poder Executivo, que cria a Comissão Municipal de Esportes - C.M.E., para analise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e condideração.

Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento Finanças e Contabilidade
Holambra/SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 030/94 Holambra, 24 de fevereiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência o projeto de Lei nº 002/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93 e dá outras providências, para analise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento Finanças e Contabilidade
Holambra/SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício nº 026/94 GP. Holambra, 23 de fevereiro de 1994

Senhor Vereador

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência o projeto de Lei nº 011/94 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre fornecimento de Vale Transporte aos Servidores Municipais de Holambra, para análise e elaboração do parecer necessário desta comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Geraldo Theodorus Maria Van Schaik
DD. Presidente da Comissão de
Orçamento Finanças e Contabilidade
Holambra/SP.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 024/94 Holambra, 10 de fevereiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 009/94, que acresce parágrafo ùnico ao Artigo 63 da Lei Complementar nº 014/94 (Código Tributário do Município de Holambra), para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para renovar nossos protestos de estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S.P.

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
DD. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 023/94 Holambra, 01 de de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 007/94, que Dispõe sobre concessão de gratificação às categorias de médicos e dentistas e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
D.D. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 021/94 Holambra, 01 de fevereiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 008/94, que Dispõe sobre a contratação de pessoal para a Prefeitura, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
D. D. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP Nº20/94 Holambra, 01 de fevereiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o projeto de Lei nº 008/94, que Dispõe sobre a contratação de pessoal para a Prefeitura, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
D.D. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 019/94 Holambra, 27 de janeiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, a proposta de emenda à lei Orgânica, que da nova redação ao Artigo 7º do Ato das disposições transitórias, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

CÂMARA MUNICIPAL HOLAMBRA S.P.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
D.d. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 018/94 Holambra, 19 de janeiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de lei Complementar nº 001/94, de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre a Alteração do anexo III da lei Complementar nº 001/93, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
D.D. Presidente da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação
Holambra - SP -

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício GP nº017/94 Holambra, 19 de janeiro de 1994.

Senhor Vereador

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, o projeto de lei Complementar nº 001/94, de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre a Alteração do anexo III da lei Complementar nº 001/93, e dá outras providências, para análise e elaboração do parecer necessário desta Comissão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Excelentíssimo Senhor
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
D.d. Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Holambra - SP -

correspondências
aplicadas no
Quadro de
Avisos
?.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

PORTARIA Nº 009/94, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1994.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DO EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:-

Artigo 1º - O expediente na Secretaria da Câmara Municipal de Holambra, situada na Avenida Rota dos Imigrantes s/nº, edifício sede do Condomínio Agrícola Schoenmaker e Filhos, no dia 23 de dezembro p.f. será das 7:00 às 12:00 horas, por motivo da "Festa de Confraternização dos Funcionários Públicos de Holambra".

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Holambra, aos 22 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 010/94, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA, NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 1994.

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:-

Artigo 1º - O expediente na Secretaria da Câmara Municipal de Holambra, situada na Avenida Rota dos Imigrantes, s/nº, edifício sede do Condomínio Agrícola Schoenmaker e Filhos, será das 07:00 às 12:00 horas, no dia 30 de dezembro de 1994.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Holambra, aos 29 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

DECRETO Nº 083/94

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

DECRETA:

Artigo 1º - O horário do expediente nas repartições da Prefeitura Municipal, fica alterado no dia 23 de dezembro, corrente, por motivo da "Festa de Confraternização dos Funcionários Públicos de Holambra".

Artigo 2º - A alteração de que trata o artigo anterior, será o encerramento do expediente às 12:00 horas, sendo restabelecido à sua normalidade no primeiro dia útil consecutivo, estando concordes os empregados municipais.

Artigo 3º - Os serviços urgentes e inadiáveis, como a Saúde, a Coleta de lixo, e Abastecimento de Água, funcionarão em Regime de Plantão.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 22 de dezembro de 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

PROTOCOLO
N.o de Ordem 1161
Fls. No 039 Livro No 001
Data 23 / 12 / 94
SECRETARIA

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓRAFO Nº090/94
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº022/94

CONCEDE BENEFÍCIO PARA PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei Complementar:-

Artigo 1º - Fica concedido aos proprietários de imóveis beneficiados com obras de pavimentação asfáltica, um desconto de 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento da Contribuição de Melhoria, quando o imóvel fizer frente para Avenidas Duplas com canteiros centrais, onde não há diretamente proprietário lindeiro, cuja largura é de maior dimensão.

Artigo 2º - Os proprietários de imóveis nas condições do artigo 1º, desta Lei, serão notificados e terão o prazo de 10 dias após a sua sanção e publicação, para requerem o benefício.

Artigo 3º - O Contribuinte que deixar de pagar até duas parcelas, no caso de parcelamento do débito, perderá o beneficio, tendo o valor da Contribuição de Melhoria recalculado e sem desconto.

Artigo 4º - Esta Lei Complementar, entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 15 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº087/94
PROJETO DE LEI Nº076/94

ESTABELECE O VALOR DAS TAXAS DOS SERVIÇOS URBANOS PARA 1995.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:-

Artigo 1º - Ficam fixados, para lançamento de Taxas de Serviços urbanos, no exercício de 1995, os seguintes valores por metro:-

Taxa de Limpeza Pública.....R$0,94
(por metro linear de testada).

Taxa de Iluminação Pública.....R$1,26
(por metro linear de testada).

Taxa de Remoção de Lixo.....R$0,48
(por metro quadrado de construção).

Artigo 2º - Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 13 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº089/94
PROJETO DE LEI Nº078/94

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 079/94, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:-

Artigo 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº079/94, de 17 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo deste Município, autorizado a celebrar, com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, com interveniência da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, SABESP, convênio para execução do emissário de esgoto, com 4.172 m (quatro mil cento e setenta e dois metros), da cidade até o bairro Cachoeira (Fundão), neste Município, sendo 935 m (novecentos e trinta e cinco metros) com tubos cerâmicos 0 250 mm, 3.200 m (três mil e duzentos metros) com tubos cerâmicos 0 300 mm, e 42 m (quarenta e dois metros) com tubos ferro fundido 0 200 mm."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 13 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº086/94
PROJETO DE LEI Nº060/94

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:-

Artigo 1º- Fica criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, órgão consultivo e fiscalizador ao Departamento de Cultura, Esporte e Turismo.

Artigo 2º- São atribuições do Conselho, entre outras:

I- Estabelecer uma política municipal de esporte e lazer;

II- estimular o desenvolvimento do esporte e lazer no Município;

III- propor e opinar sobre convênios de intercâmbio e cooperação financeira com entidades públicas ou privadas, para execução, manutenção, assistência e assessoria de projetos e atividades esportivas e de lazer;

IV- propor meios que garantam o pleno exercício dos direitos da comunidade nas áreas de esporte e lazer;

V- apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações esportivas e recreativas;

VI- propor intercâmbio com outros municípios da região nas áreas de esporte e lazer, bem como integração dos programas municipal e regional;

VII- propor a implantação de espaços públicos equipados para garantir a prática de esportes e de atividades recreativas;

VIII- propor e opinar sobre a elaboração de um calendário anual de esportes e lazer para o município;

IX- realizar estudos que objetivem desenvolver as diferentes modalidades esportivas e atividades de lazer no Município;

X- opinar sobre a concessão de subvenções a entidades esportivas e de recreação;

XI- opinar e sugerir alterações sobre o calendário de eventos desportivos e recreativos do Município; e

XII- elaborar o seu Regimento Interno.

Artigo 3º - O Conselho será composto por representantes de cada uma das seguintes modalidades:

1- futebol, de campo e de salão;

6

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

7

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº088/94
PROJETO DE LEI Nº077/94

AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:-

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, nas importâncias abaixo discriminadas, as seguintes verbas do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
5.1-08462232.19-3131	Esporte (Remuneração de serviços Pessoais)	500,00
6.1-13754282.21-3131	Saúde (Remuneração de Serviços Pessoais)	300,00
7.3-10603252.25-3120	Limpeza Pública (Material de Consumo)	3.000,00
7.5-10585752.27-3120	Ruas e Logradouros Públicos (Material de Consumo)	3.000,00
	TOTAL:-	6.800,00

Artigo 2º - Para fazer face à despesa em apreço, serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial das seguintes dotações do Orçamento em execução:

CODIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
7.4-10603261.04-4110	Obras e Instalações Serviços Funerários (Aquisição Terreno e Construção Cemitério)	6.800,00
	TOTAL:-	6.800,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 13 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº004/94

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 26 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e a Mesa da Câmara promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

Artigo 1º - O parágrafo 2º, do artigo 26, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo 2º - A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á na última sessão ordinária do primeiro biênio de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos em 1º de janeiro do ano subseqüente, que deverão assinar o respectivo termo de posse".

Artigo 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 13 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº088/94
PROJETO DE LEI Nº077/94

AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:-

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, nas importâncias abaixo discriminadas, as seguintes verbas do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
5.1-08462232.19-3131	Esporte (Remuneração de serviços Pessoais)	500,00
6.1-13754282.21-3131	Saúde (Remuneração de Serviços Pessoais)	300,00
7.3-10603252.25-3120	Limpeza Pública (Material de Consumo)	3.000,00
7.5-10585752.27-3120	Ruas e Logradouros Públicos (Material de Consumo)	3.000,00
	TOTAL:-	6.800,00

Artigo 2º - Para fazer face à despesa em apreço, serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial das seguintes dotações do Orçamento em execução:

CODIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
7.4-10603261.04-4110	Obras e Instalações Serviços Funerários (Aquisição Terreno e Construção Cemitério)	6.800,00
	TOTAL:-	6.800,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 13 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº003/94

MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal.

Artigo 1º - O artigo 22 "caput" e alínea "b" do seu inciso VI da Lei Orgânica Municipal, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 22 - O processo de cassação de mandato de Vereador, pela Câmara, por infrações político-administrativas definidas no Regimento Interno, obedecerá o seguinte rito:"

Artigo 2º - A alínea "b" do inciso VI do artigo 22 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

"b - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do denunciado."

Artigo 3º - O inciso IX do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

"IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em Lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores."

Artigo 4º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 08 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREAGOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ORDEM DOS TRABALHOS PARA A SESSÃO SOLENE, A REALIZAR-SE NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1994, ÀS 20:00 HORAS, NO CLUBE FAZENDA RIBEIRÃO, SITUADO À ALAMEDA MAURÍCIO DE NASSAU, S/Nº, PARA A ENTREGA DE HONRARIAS, ÀS PESSOAS QUE PRESTARAM RELEVANTES SERVIÇOS À COMUNIDADE.

01- INÍCIO DOS TRABALHOS PELO MESTRE DE CERIMÔNIA.

02- ABERTURA DOS TRABALHOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.

03- CONVITE PELO MESTRE DE CERIMÔNIA, AOS HOMENAGEADOS, PARA TOMAREM SEUS LUGARES.

04- EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.

05- DISCURSO PELO PRESIDENTE, EM NOME DA CÂMARA, PARA TODOS OS HOMENAGEADOS.

06- ENTREGA DAS HONRARIAS (TÍTULO DE CIDADÃO HOLAMBRENSE E DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO).

07- AGRADECIMENTOS POR PARTE DOS AGRACIADOS COM O TÍTULO DE CIDADÃO HOLAMBRENSE, POR UM REPRESENTANTE.

08- AGRADECIMENTOS POR PARTE DOS AGRACIADOS COM O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO HOLAMBRENSE, POR UM REPRESENTANTE.

09- O MESTRE DE CERIMÔNIA, PASSA A PALAVRA AO PRESIDENTE.

10- PRESIDENTE USA A PALAVRA PARA JUSTIFICAR A ENTREGA DOS EXEMPLARES DA LEI ORGÂNICA.

11- PRESIDENTE FAZ A ENTREGA DOS EXEMPLARES PELA ORDEM
- PREFEITO
- VICE-PREFEITO
- VEREADORES, EM ORDEM ALFABÉTICA.

12- PRESIDENTE FAZ A ENTREGA DE EXEMPLARES DA LEI ORGÂNICA ÀS ENTIDADES.

13- PALAVRA ABERTA PARA AS AUTORIDADES.

14- MESTRE DE CERIMÔNIA SE REFERE AO ENCERRAMENTO.

15- PRESIDENTE ENCERRA A SESSÃO.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº085/94
PROJETO DE LEI Nº068/94

AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO COM A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA HOLAMBRA, PARA DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc.,etc., no uso das atribuições que lhe são Conferidas,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação amigável do imóvel pertencente a Cooperativa Agropecuária Holambra, localizada no Município de Holambra, no lote 17 da secção "H" da Fazenda Ribeirão, matriculada sob o nº 82.701, no 3º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Campinas, SP, conforme se insere do Anexo I (Memorial Descritivo) que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 2º - O Município fica autorizado a pagar à proprietária o valor de R$ 7.195,64 (Sete mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos), por 11.992,738 m² (Onze mil, novecentos e noventa e dois metros quadrados e setecentos e trinta e oito décimos), em quatro (04) parcelas iguais, sendo uma, mais (03) três, a partir da data da assinatura da escritura de desapropriação.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Fazem parte integrante desta Lei, o Memorial Descritivo, Desenho, Memorial de Cálculo e Laudo de Avalição.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 08 de dezembro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

VEREADOR ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
Primeiro Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº084/94
PROJETO DE LEI Nº075/94

AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, nas importâncias abaixo discriminadas, as seguintes verbas do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
2.1-03070212.02-3120	Material de Consumo (Gabinete do Prefeito)	5.000,00
2.2-15814872.03-3132	Outros Serviços e Encargos (Fundo S. de Solidariedade)	6.000,00
4.1-08421881.51-4110	Obras e Instalações (Ensino Fundamental)	70.000,00
4.2-08424271.12-4120	Equipamentos e Material Permanente (Merenda Escolar)	10.000,00
4.2-08424272.12-3120	Material de Consumo (Merenda Escolar)	5.000,00
4.3-08411901.18-4120	Equipamentos e Material Permanente (Educação Pré-Escolar)	2.500,00
5.1-08462281.23-4114	Obras e Instalações (Esporte)	10.000,00
6.1-13754282.21-3120	Material de Consumo (Saúde)	2.000,00
6.1-13754282.21-3132	Outros Serviços e Encargos (Saúde)	2.000,00
7.6-16885342.28-3120	Material de Consumo (S.E.R.M. -Serviço Estrada de Rodagem Municipal)	3.000,00
7.6-16885342.28-3132	Outros Serviços e Encargos (S.E.R.M. Serviço Estrada de Rodagem Municipal)	2.000,00
	TOTAL:	117.500,00

Artigo 2º - Para fazer face à despesa em apreço, serão utilizados recursos provenientes da Rubrica "Excesso de Arrecadação".

Artigo 3º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

LEI Nº 143/94

Autoriza o Executivo a celebrar acordo com a Cooperativa Agropecuária Holambra, para desapropriação de imóvel, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação amigável do imóvel pertencente a Cooperativa Agropecuária Holambra, localizada no Município de Holambra, no Lote 17 da Secção "H" da Fazenda Ribeirão, matriculada sob o nº 82.701, no 3º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Campinas, SP, conforme se insere do Anexo I (Memorial Descritivo) que faz parte integrante desta Lei.

Artigo 2º - O Município fica autorizado a pagar à proprietária o valor de R$ 7.195,64 (Sete mil cento e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos), por 11.992,738 m2 (Onze mil, novecentos e noventa e dois metros quadrados e setecentos e trinta e oito decimos), em quatro (04) parcelas iguais, sendo uma, mais (03) tres, a partir da data da assinatura da escritura de desapropriação.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Fazem parte integrante desta Lei, o Memorial Descritivo, Desenho, Memorial de Cálculo e Laudo de Avaliação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

(*Cidade das Flores*)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,12 de dezembro de 1994

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 12 de 12 de 1994

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

Tels.: (0192) 60 - 1321 / 60 - 1322 - Cep. 13825.000 - Holambra - Est. de São Paulo - CGC 67.172.437/0001-83

LEI Nº 140/94

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCICIO DE 1995

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu. Prefeito Municipal, promulgo e sanciono a seguinte Lei:-

Artigo 1º - O Orçamento fiscal do Município de Holambra, para o exercício de 1995, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ 6.400.000,00 (seis milhões, quatrocentos mil reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES.....	R$	6.384.000,00
Receita Tributária.....	R$	2.429.000,00
Receita Patrimonial.....	R$	1.077.000,00
Receita Industrial.....	R$	35.000,00
Receita de Serviços.....	R$	12.500,00
Transferências Correntes.....	R$	2.798.000,00
Outras Receitas Correntes.....	R$	32.500,00
RECEITAS DE CAPITAL.....	R$	16.000,00
Alienações de Bens.....	R$	2.000,00
Transferências de Capital.....	R$	10.000,00
Outras Receitas de Capital.....	R$	4.000,00
TOTAL.....	R$	6.400.000,00

Artigo 3º - A Despesa da Administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros " Programa de Trabalho" e " Natureza da Despesa" , integrantes desta Lei.

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

Tels.: (0192) 60 - 1321 / 60 - 1322 - Cep. 13825.000 - Holambra - Est. de São Paulo - CGC 67.172.437/0001-83

Artigo 4º - O Poder Executivo fica autorizado a

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 05% (cinco por cento) da receita estimada, nos termos da legislação em vigor;

b) abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento), do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64;

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 02 de dezembro de 1994

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 02 de 12 de 1994

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

Tels.: (0192) 60 - 1321 / 60 - 1322 - Cep. 13825.000 - Holambra - Est. de São Paulo - CGC 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 033/94

Dispõe sobre a alteração do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Os valores constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 001/93, serão reajustados em 6% (seis por cento).

Parágrafo Único - Os valores reajustados, serão considerados para o pagamento do mês de novembro de 1994.

Artigo 2º - A tabela anexa de referências, substitui a tabela em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 24 de novembro de 1994

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitável determinação supra, fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 24 de 11 de 19 94

Responsável pelo Expediente da Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

Tels.: (0192) 60 - 1321 / 60 - 1322 - Cep. 13825.000 - Holambra - Est. de São Paulo - CGC 67.172.437/0001-83

ANEXO III
TABELA DE REFERENCIAS

REFERENCIAS	VALORES R$
01	154,86
02	173,26
03	194,21
04	217,50
05	243,57
06	272,77
07	305,45
08	347,32
09	383,09
10	429,01
11	480,50
12	538,15
13	602,66
14	674,97
15	755,94

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Princípios da reforma tributária

O Conselho Nacional de Previdência Social, diante das manifestações políticas a respeito das reformas que estão em curso, sustenta que a Previdência Social deveria adotar um regime básico único e contributivo com a participação obrigatória de empregados, empregadores e agentes públicos de todo o país.

A Seguridade Social seria mantida com a perfeita identificação de seus componentes de previdência, saúde e assistência social em nível das atividades e do custeio para proporcionar cobertura pelo regime dos riscos sociais de doença, invalidez, morte, idade avançada, maternidade e desemprego involuntário.

O órgão colegiado entende, dessa forma, que o processo revisional no sistema previdenciário deveria ser efetivado com a participação da sociedade.

Resolução CNPS 104 (DOU/1 8.4.94)

Investimento no PND

O Banco Central estabeleceu normas para regular a conversão de créditos e títulos da dívida externa brasileira em investimentos estrangeiros no país. Os créditos e encargos conseqüentes correspondem a obrigações de entidades do setor público federal, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND).

A conversão será feita por meio da utilização de bônus decorrentes de acordos de reestruturação da dívida externa brasileira. A operação poderá incluir depósitos em moeda estrangeira. A transformação será dentro dos critérios propostos. O prazo para os recursos permanecerem no país será de seis anos.

Resolução BC 2.062 (DOU/1 13.4.94)

Serviços prestados pelo INPI

O texto publicado na página 340 (ID 26/94) tem como fundamento a Portaria 163 do Ministério da Fazenda, e não o órgão ali mencionado.

Portaria MF 163 — Retificação

Ufir diária

Dia/mês	CR$	Ato Declaratório SRF	DOU/I
18.4	633,23	46	15.4.94
19.4	645,23	46	15.4.94
20.4	657,46	46	15.4.94
22.4	669,92	46	15.4.94

Mercado financeiro urverizado

O Banco Central permitiu a contratação, pelas instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, de operações de crédito e de arrendamento mercantil em Unidade Real de Valor (URV), exceto para as que se referem a habitação, saneamento e crédito rural, que não foram incluídas naquela decisão.

O prazo mínimo para as referidas operações de crédito será de 30 dias. Às que se referirem a arrendamento mercantil, os prazos estão fixados pela Resolução BC 980/84 (ID 3/85, pág. 42) e pela Circular BC 1.978/91 (ID 97/91, pág. 1.462) que contém disposições complementares a respeito.

Resolução BC 2.061 (DOU/1 11.4.94)

Desporto brasileiro

O governo federal convalidou os atos que foram praticados com fundamento na Medida Provisória 448/94 (ID 20/94, pág. 255), que altera o artigo 69 da Lei 8.672/93 (ID 53/93, pág. 718), para permitir que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação gere os recursos do Fundesp até que a estrutura de funcionamento deste seja aprovada.

Medida Provisória 471 (DOU/1 13.4.94)

Negócios públicos com a NTN

O governo federal baixou normas dispondo sobre a Nota do Tesouro Nacional (NTN), que será utilizada para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei 8.031/90 (ID 33/90, pág. 456) e demais normas complementares.

O título será emitido com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita.

A sua importância para o PND se restringe à aquisição, pelo alienante, de bens e direitos, com recursos recebidos em moeda corrente, à permuta pelos títulos e créditos recebidos por alienantes e ao custeamento de programas e projetos nas áreas da ciência e tecnologia, da saúde, da segurança pública e do meio ambiente.

As normas que foram estatuídas deram nova redação ao artigo 2º da Lei 8.249/91 (ID 87/91, pág. 1.323), modificado, anteriormente, pela Medida Provisória 455/94 (ID 24/94, pág. 313), e agora, para estabelecer o prazo até 30 anos, além das formas para a operacionalização dos títulos.

Medida Provisória 470 (DOU/1 12.4.94)

Recursos para o Sine

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) estabeleceu critérios para transferência de recursos para o Sistema Nacional de Emprego (Sine). A apresentação do Plano de Trabalho do Sine/UF deverá ocorrer até 15 de abril de 1994 e sua análise se encerrará em 30 de abril de 1994.

Resolução Codefat 60 (DOU/1 12.4.94)

Crédito do setor público

O Banco Central dispensou a entrega dos Demonstrativos Consolidados das Operações sobre Controle, instituídos pela Circular BC 2.358/93 (ID 61/93, pág. 832), pelas instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que não detenham créditos junto a órgãos ou entidades do setor público.

Circular BC 2.416 (DOU/1 8.4.94)

Serviços prestados pelo INPI

O ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo estabeleceu os valores da tabela de retribuição dos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A redução de preços poderá ser examinada pelo presidente do INPI. Nas tabelas encontram-se relacionados os preços desses serviços, entre outras informações:

- √ serviços comuns
- √ serviços específicos da diretoria de patentes
- √ serviços específicos da diretoria de marcas
- √ serviços relacionados a contratos
- √ serviços relacionados a documentação
- √ serviços de registro de programas de computador

Portaria MICT/INPI 129 (DOU/1 7.4.94)

Licença para embarcação ligeira

O secretário da Receita Federal criou o Certificado de Regalias de Paquete, que será expedido pelos delegados e inspetores das unidades administrativas da autarquia, que jurisdicionam os portos marítimos do território nacional.

A emissão do documento cumprirá o atendimento de um expediente formal. O interessado apresentará atestado, expedido pelo Ministério da Marinha, comprovando que a embarcação preenche as condições legais para ser utilizada no transporte de cargas.

O paquete, palavra de origem francesa que significa *packet boat* no vernáculo inglês, designa toda a embarcação ligeira, utilizada para a transmissão de ordens e correspondência. No Brasil é bastante utilizada no Alto São Francisco. Lá, a carga deixada pelos navios a vapor, nas margens dos rios, tem o seu peso aliviado com o uso dessa embarcação.

Instrução Normativa SRF 25 (DOU/1 12.4.94)

Operações com açúcar

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) dispensou o Estado da Bahia do cumprimento das disposições contidas no Protocolo ICMS 33/91 (ID 81/91, pág. 1.230), que dispõe sobre substituição tributária nas operações com cana-de-açúcar.

Protocolo ICMS 3 (DOU/1 7.4.94)

Vamos prevenir a Aids

O secretário de Vigilância Sanitária, em razão dos 500 mil casos de soropositivos de HIV, dado estimado pelo Ministério da Saúde, decidiu que os motéis, hotéis e similares, casas de massagens e saunas, a partir de 7 de agosto de 1994, estão obrigados a manter em local visível e de fácil acesso preservativos para aqueles que fizerem uso de seus serviços.

Portaria MS/SVS 30 (DOU/1 8.4.94)

Condições para venda de café

O ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo deu nova disposição normativa a artigo da Portaria MICT 27/93 (ID 40/93, pág. 535), quanto ao embarque do produto. Os prazos deverão abranger intervalos compatíveis com as cotações de bolsa utilizadas para venda. As vendas serão acolhidas desde que a previsão de embarque não ultrapasse 31 de maio de 1994.

Portaria MICT 131 (DOU/1 8.4.94)

Substituição tributária

O ministro da Fazenda e os agentes financeiros dos Estados Membros modificaram as normas do Ajuste Sinief 4/93 (ID 92/93, pág. 1.259), para estabelecer algumas indicações no documento fiscal emitido pelo sujeito passivo por substituição tributária.

As indicações consistem na base de cálculo, valor do imposto e número do CGC. A nota fiscal será emitida em subsérie distinta ou específica, no caso de série única. O contribuinte substituído fará as observações necessárias no documento fiscal para efeito de identificação da operação.

Ajuste Sinief 1 (DOU/1 7.4.94)

Aspectos jurídicos do FHC 2

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aprovou parecer sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo procurador-coordenador da Representação Judicial da Fazenda Nacional, contra as normas do programa de estabilização econômica, principalmente no que se refere à política salarial.

O motivo jurídico da proposta foi a alegação de que o governo federal havia ofendido os princípios da irredutibilidade do salário, do direito adquirido e da isonomia; além do que, a Medida Provisória 434/94 (ID 16/94) teria perdido a eficácia por não ter sido apreciada pelo Congresso Nacional no prazo constitucional.

Despacho DA/PGFN 363 (DOU/1 7.4.94)

Exportação de soja

Os agentes fazendários dos Estados do Maranhão e Tocantins permitiram que os exportadores de soja estabelecidos no Estado do Tocantins depositem, em seu próprio nome, soja em grãos, em armazéns alfandegários existentes nos portos do Estado do Maranhão, até formação dos lotes a serem exportados.

A soja para depósito sairá do Estado remetente com o ICMS suspenso. No documento fiscal relacionado à operação deverá constar nota a respeito daquela autorização. A suspensão não alcançará o ICMS relativo às prestações de serviços de transporte.

Protocolo ICMS 5 (DOU/1 7.4.94)

Inspeção do trabalho

As Secretarias de Fiscalização do Trabalho (SEFT) e a de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST) estabeleceram critérios que serão utilizados no sistema de aferição dos resultados da produção, na forma exigida pelo Decreto 706/92 (ID 2/93, pág. 22), que trata da fiscalização do trabalho e da gratificação de estímulo.

As atividades serão controladas e avaliadas pelas autoridades da inspeção trabalhista. As informações serão por meio de relatório. A apuração da produção será feita por inspeção dirigida ou por objetivos, inspeção por denúncia, monitoria, treinamento, atividade especial e chefia por substituição, segundo as definições dadas para cada modalidade.

Nas inspeções dirigidas, ou por objetivos, as ordens de serviço indicarão o número de turnos estimados para a sua execução. Esse número será obtido com a adoção de parâmetros de acordo com a formulação dada. Haverá um controle para efeito da ação fiscal. As atividades internas e externas serão resumidas num mapa. As informações deverão constar de relatórios.

Instrução Normativa Instersecretarial 2 (DOU/1 8.4.94)

Produtos e serviços fiscalizados

A Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab) estabeleceu normas gerais de comercialização, de industrialização e de prestação de serviços, que serão observadas para qualquer tipo de bem ou serviço executado em todo o território nacional.

Os estabelecimentos deverão deixar à disposição dos consumidores ou usuários e da fiscalização, em lugar visível e de fácil leitura nos locais de atendimento, os preços em moeda corrente nacional, a taxa de juros, multas decorrentes da mora e outros dados relativos à negociação.

Nas operações com cartão de crédito fica assegurado o preço a vista. Os preços e condições de venda de bens e serviços deverão ficar à disposição. Em qualquer transação será respeitado o acordo entre as partes. Os preços serão afixados de acordo com as normas propostas. A nota fiscal deverá ser emitida com a discriminação dos bens ou serviços adquiridos. As datas de fabricação e validade são obrigatórias para os produtos e serviços prestados.

Portaria Sunab 3 (DOU/1 8.4.94)

Recursos aplicados à educação

O ministro da Educação e do Desporto e presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação divulgou o valor da liberação de recursos do salário-educação para os Estados Membros e para o Distrito Federal, conforme o quadro demonstrativo, relativo ao duodécimo do mês de março de 1994.

Resolução CD/FNDE 14 (DOU/1 8.4.94)

Cadastro de registro de empresas

O secretário de Política Comercial, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, aprovou tabela de preços e de multas relativa aos serviços de registro do comércio e atividades afins, prestados pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio e pela Junta Comercial do Distrito Federal.

Do item da tabela relativo ao cadastro nacional de empresas constam os seguintes preços:

Cadastro Nacional de Empresas	Preços (CR$)
Constituição de firma individual	2.279,00
Constituição de sociedade	5.905,00
Anotação de firma individual	2.279,00
Alteração de sociedade	5.905,00
Abertura de filial - firma individual	2.279,00
Abertura de filial - sociedade	2.279,00
Proteção ao nome comercial	3.937,00
Proteção nacional de designação de grupo	42.995,00

Portaria MICT/SPC 6 (DOU/1 7.4.94)

Setor de Contabilidade

Contabilidade pública

O presidente da República vetou integralmente o Projeto de Lei 59, que tramitou na Câmara dos Deputados sob o número 265/87, dispondo a respeito da exigência de habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis apresentados ao Tribunal de Contas da União.

As atividades de profissões regulamentadas somente poderão ser exercidas por técnico ou assistente que possua a devida habilitação. O registro na entidade de fiscalização do exercício profissional é obrigatório. O serviço público rege-se pela relação poder-dever de autotutela, princípio consagrado na administração pública. Daí a desnecessidade do projeto proposto.

Mensagem PE/DPR 255 (DOU/1 30.3.94)

Setor de Administração

Renegociação de obrigações públicas

O governo federal modificou a redação do artigo 1º do Decreto 348/91 (ID 97/91, pág. 1.463), que permite a renegociação das obrigações de caráter financeiro assumidas pela União. O ministro da Fazenda participará das negociações. Um quadro demonstrativo fará a descrição das entidades devedoras controladas pela União. Os documentos pertinentes ao processo serão acompanhados do parecer da auditoria.

Decreto 1.104 (DOU/1 6.4.94)

Programação do orçamento público

O Presidente da República estabeleceu normas para o funcionamento da Junta de Programação Financeira, órgão que passará a integrar a estrutura organizacional do Ministério da Fazenda. O colegiado será composto por agentes públicos do governo federal. A coordenação de atividades ligadas ao orçamento público e os cronogramas para desembolso de recursos dentro das metas de arrecadação figuram entre as principais competências.

Decreto 1.099 (DOU/1 5.4.94)

Ombudsman da saúde

O ministro da Saúde instituiu a Ouvidoria-Geral da Saúde que terá por finalidade receber, processar, examinar, propor soluções e encaminhar ao exame dos órgãos competentes as sugestões, queixas, reclamações e denúncias sobre questões que envolvam o direito à saúde.

O exercício desse direito poderá ser exercido a qualquer momento. O maior objetivo da proposta é defender os interesses legalmente protegidos. Os atos ilícitos, erros, omissões ou abusos das autoridades administrativas serão combatidos. O órgão terá prioridade nas providências e esclarecimentos que solicitar.

Portaria MS 772 (DOU/1 8.4.94)

Auditoria na saúde

O governo federal estabeleceu normas complementares à Lei 8.689/93 (ID 57/93, pág. 776), regulando seu artigo 6º, que será responsável pelas avaliações técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do Sistema Único de Saúde.

O serviço será prestado de forma descentralizada. A avaliação, em todas as atividades realizadas pelas três esferas de governo, é componente imprescindível do SNA. O órgão central do sistema é o Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) e terá competência própria. Os servidores do extinto Inamps vão integrar as unidades do SNA.

Decreto 1.105 (DOU/1 7.4.94)

Setor Imobiliário

Imóveis a preço de custo

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço alterou disposições da Resolução CC/FGTS 83/92 (ID 97/92, pág. 1.316) para estender os efeitos normativos desse ato às operações autorizadas pelo Plano Empresário Popular.

Contudo, o valor de venda das unidades imobiliárias deverá ser limitado ao valor do investimento definido pelo agente financeiro da operação. A Resolução CC/FGTS 112/93 (ID 67/93, pág. 921), nesse aspecto, regulamentou as operações com aquele plano, além dos limites orçamentários.

Resolução CC/FGTS 137 (DOU/1 4.4.94)

Obras de habitação popular

A ministra do Bem Estar Social estabeleceu normas regulamentares para a Resolução CC/FGTS 135/94 (ID 22/94, pág. 280), que permite o remanejamento de recursos em contratos na área de habitação popular. As listagens sobre as operações analisadas e consideradas hábeis para a contratação serão encaminhadas mensalmente à Caixa Econômica Federal.

O documento virá acompanhado de um posicionamento detalhado sobre a operação tratada, como estágio físico da obra, prazo de execução dos serviços, exame de financiamento, estatísticas para negociação, além de outros complementos necessários à identificação contratual.

Instrução Normativa MBES 1 (DOU/1 7.4.94)

Seguro habitacional

A Superintendência de Seguros Privados esclareceu que a restituição de prêmios relacionada no artigo 2º da **Circular Susep 6/94 (DOU/1 30.3.94)** se restringe unicamente às diferenças percentuais, acrescidas pelo artigo 1º da Circular Susep 8/92 (ID 34/92, pág. 454), cobradas pelos agentes financeiros e repassadas às sociedades seguradoras, a partir da vigência daquele normativo.

A Circular Susep 6/94 fez cessar os efeitos da Circular Susep 8/92 relativamente aos contratos celebrados até 31.12.88. A partir de sua edição, os prêmios de seguro, de que trata o artigo 2º da Circular Susep 8/92, deverão ser restituídos pelas sociedades seguradoras aos agentes financeiros para devolução aos mutuários/segurados.

Circular Susep 8 (DOU/1 11.4.94)

O Conselho Nacional de Seguros Privados constituiu grupo de trabalho com representantes do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O colegiado deverá acompanhar as operações do seguro habitacional. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de doze meses.

Resolução CNSP 1 (DOU/1 6.4.94)

Festas folclóricas

O governador incluiu no Calendário Turístico do Estado as festas do Peão de Boiadeiro e a de São Pedro. A primeira se realizará no período de 5 a 8 de agosto, em Tabatinga, e a última, no distrito de Jurucê, em Jardinópolis.

Leis 8.789 e 8.790 (DOE 9.4.94)

Operações com cavalo de corrida

A Coordenação da Administração Tributária estabeleceu o valor de CR$ 3.325.602,22 para a base de cálculo do ICMS nas saídas de eqüinos puros-sangues de corrida para fora do Estado quando inexistir valor da operação, nos termos do Regulamento do ICMS, durante abril de 1994.

Portaria CAT 25 (DOE 12.4.94)

Sanitários e bebedouros nos bancos

O prefeito de São Paulo determinou aos bancos, e estabelecimentos de crédito em geral, a obrigatoriedade de instalar em suas dependências sanitários e bebedouros destinados aos usuários desses tipos de instituições prestadoras de serviços.

O não-cumprimento dessa exigência sujeitará o infrator à multa diária de 50 UFMs. O prazo para que os critérios legais a respeito da decisão sejam cumpridos vai até 12 de abril de 1995. O funcionamento de novos estabelecimentos dependerá do atendimento dessa norma.

Lei 11.495 (DOM 12.4.94)

Tributação de serviços em URV

O secretário de Finanças do Município de São Paulo esclareceu que nas prestações de serviços contratados em Unidade Real de Valor (URV), o Imposto sobre Serviços (ISS) incidirá apenas sobre o valor expresso em cruzeiros reais na data da emissão da nota fiscal ou nota fiscal-fatura de serviços, independentemente de estar expresso em URV e da data de seu efetivo recebimento.

Diversamente, na prestação de serviços de natureza continuada que envolvam mais de um mês de apuração, os reajustes de preços contratualmente pactuados em URV ou em qualquer outro índice, deverão ser considerados parte integrante do preço do serviço para efeitos de incidências do ISS.

Por fim, foi esclarecido que os bilhetes, ingressos, entradas e tabelas para anotação de partidas, equiparados a notas fiscais, também deverão ser expressos em cruzeiros reais.

Portaria SF 57 (DOM 6.4.94)

Obrigações acessórias do ISS

Foi prorrogada, até 2 de maio de 1994, a data de início para cumprimento das exigências legais e regulamentares relativas à escrituração de livros e emissão de documentos fiscais do Imposto sobre Serviços (ISS), instituída pela Portaria SF 5 (ID 8/94, pág. 100), referente aos contribuintes sujeitos ao regime de recolhimento do tributo por estimativa.

Portaria SF 56 (DOM 31.3.94)

Pagamento de preços públicos

O prefeito de São Paulo decidiu dispensar os feirantes cadastrados na Supervisão de Cadastro e Controle de Feiras, Feirantes e Artesãos (Semab) dos pagamentos dos preços públicos previstos no Decreto 25.545/88, com as alterações posteriores, correspondentes ao exercício de 1994.

Decreto 34.080 (DOM 12.4.94)

Dívidas internas do município

O prefeito da Capital autorizou a contratação de refinanciamento de dívidas mobiliárias e demais compromissos, vencidas ou vincendas, contraídas pelo Município e por suas instituições paraestatais junto a órgãos e entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

O município assumirá as dívidas de responsabilidade de suas controladas. O refinanciamento atenderá aos critérios formulados para essa finalidade. A compensação de créditos será admitida nessas operações. O refinanciamento terá prazo até 20 anos. Os limites de comprometimento de receitas estabelecidos pelo Senado Federal serão observados.

Lei 11.494 (DOM 7.4.94)

Reajuste dos contratos públicos

O secretário das Finanças decidiu que a diferença de valor apurada entre a aplicação do reajuste econômico definitivo e do provisório, que contém previsão de resgate financeiro, será paga 30 dias após a divulgação dos respectivos índices definitivos.

O contrato terá direito ao recebimento de reajuste financeiro, incidente sobre aquela diferença, desde o dia imediatamente posterior ao momento caracterizador do preço a vista, até a data pactuada para o seu pagamento, observando-se, nesse sentido, as normas para o pagamento.

Portaria SF 60 (DOM 8.4.94)

Custo de vida no Município de São Paulo

variação mensal — março/94

(em %)

Itens e subitens	Renda em salários mínimos		
	1 a 3	1 a 5	1 a 30
Alimentação	48,37	47,92	47,33
Habitação	44,47	44,24	44,45
Transportes	46,48	44,27	46,33
Comunicações	35,93	35,83	35,66
Vestuário	31,48	33,51	32,34
Educação e cultura	45,30	46,19	46,71
Saúde	44,44	46,80	48,93
Equipamento doméstico	36,33	34,66	34,74
Recreação e fumo	46,28	46,64	45,36
Limpeza doméstica	42,15	42,50	42,02
Higiene pessoal	41,05	40,05	39,63
Despesas diversas	128,89	121,63	125,66
Total	44,77	44,98	45,50

Fonte: Dieese

INFORMATIVO Dinâmico

PUBLICAÇÃO BISSEMANAL

IOB - Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

Diretoria: Alberto A. Bugarib, Edwin Kitchener Taves, Fugimi Yamashita, Josefa Tereza de Góis, Leiko Koide, Lourival Medeiros de Campos

Diretor Responsável: Fugimi Yamashita

Editor-Chefe: Alexandre Sansone (MTb 10.788-SP)

Editor: Hélio Donisete (MTb 20.160-SP)

Pesquisa Técnico-jurídica: Jerônimo José Carvalho Barbosa

Ilustração: Josival Carlos de Melo

Arte-final: Jonilson Lima Rios

Secretaria: Claudete Veloso dos Santos e Sheila de Souza

Colunistas: A. Lopes de Sá, Alberto Borges Queiróz Mergulhão, Alberto Tamer, Alberto Tamer Filho, Ângela Maria Trigueiros Guilherme, Célia Regina de Azevedo Ricotta, Eduardo Botelho, Gérson Marques da Silva Jr., Gilson Schwartz, Gutemberg B. de Macedo, Renato Bernhoeft, Romano Cristiano, Yoshiaki Nakano

Correspondência e Redação: Rua Antonio Nagib Ibrahim, 350 Água Branca — São Paulo — SP — CEP 05036-060 — Tel.: 861-0555 — Ramais 2.013/2.021 — Fax (Redação): 861-1689

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

Proibida a reprodução parcial ou total de qualquer matéria sem prévia autorização de IOB

TELEFONES ÚTEIS IOB

DIVISÃO	DDD	ADM	VENDAS	RENOVAÇÃO	CURSOS
Belo Horizonte	031	227-5859	227-0001	223-1398 DDG 800-1398	227-0001
Brasília	061	321-3976	224-4878	224-4868	224-4878
Campo Grande	067	761-4343	761-4521	761-3037	761-6474
Curitiba	041	263-4969	262-3150	262-3444 DDG 800-3444	262-3150 DDG 800-3150
Fortaleza	085	231-1711	252-3233	252-3122	252-3153
Porto Alegre	051	225-4708	221-9726	225-7539	228-9151
Recife	081	465-2710	465-4716	465-2675	465-5038
Rio de Janeiro	021	240-9711	532-4727	240-9711	532-4727
Salvador	071	381-5132	381-4222	381-4134	381-3858
Vitória	027	227-8888	227-8888	(021) 240-9711	227-8888
São Paulo/ Matriz	011	861-0555	861-0888 DDG 0800-111822	861-0555 DDG 0800-121955	861-0888 DDG 0800-111822

COBRANÇA (011) 861-1022

VI ENPREV

ENCONTRO NACIONAL DE PREFEITOS, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

PORTO SEGURO - BAHIA

11 A 16
ABRIL
1994

Elaboramos uma programação especial
com 8 dias de duração
(9 a 16 de abril ou 10 a 17 de abril), para maior
conforto dos participantes, incluindo:
Passagem aérea de ida e volta
com taxas de embarque, hospedagem
por 07 noites nos hotéis citados,
com meia pensão (Café da manhã e 01 refeição),
traslados aeroporto/hotel/aeroporto,
visita histórica em Porto Seguro e
completa assistência local.

Hotel Paradise - Porto Seguro Praia
1ª categoria
US$ 598.00

Hotel Casablanca - Hotel Porto Hill's
Hotel Casablanca Park
Categoria Turística
US$ 498.00

Preços calculados para saídas de São Paulo, Rio
de Janeiro ou Belo Horizonte.
Saídas de outras capitais, consulte-nos;
temos planos especiais.

Reservas:
Viagens CVC
São Paulo:
(011) 889-7011/231-1222/259-8255
ABC: (011) 454-5744
Santos: (0132) 33-3532
S. J. dos Campos: (0123) 21-0822
Ribeirão Preto: (016) 634-0048
Campinas (0192) 32-2966
Rio de Janeiro: (021) 533-3622
Belo Horizonte: (031) 231-1180
Florianópolis: (0482) 41-0633
Porto Alegre: (051) 226-2177

PROGRAMAÇÃO

11/04/94 - 2ª Feira
9:00h - Abertura da Secretaria para inscrições
21:00h - Sessão Solene de Abertura
Local - Centro Cultural de Porto Seguro
Paraninfo - Dr. João Carlos Mattos de Paula
Prefeito de Porto Seguro
Presença de várias autoridades, a nível nacional.

12/04/94 - 3ª Feira
9:00h - Abertura da Secretaria para inscrições
15:00h - Primeira Sessão Ordinária
Tema: A Revisão Constitucional frente a
Lei Orgânica dos Municípios.
Implicações e reflexos para a sua adaptação.
Palestrante - Profº. Mario Jorge Rodrigues de Pinho

13/04/94 - 4ª Feira
9:00h - Abertura da Secretaria
15:00h - Segunda Sessão Ordinária
Tema: A Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores,
em decorrência da Revisão Constitucional.
Palestrante - Profº Diógenes Gasparine

14/04/94 - 5ª Feira
9:00h - Abertura da Secretaria
15:00h - Terceira Sessão Ordinária
Tema: Os Servidores Públicos Municipais
Palestrante - Profº Ivan Barbosa Rigolin

15/04/94 - 6ª Feira
9:00h - Abertura da Secretaria
15:00h - Quarta Sessão Ordinária
Tema: As Licitações e Contratações Municipais
(Tudo sobre a nova Lei de Licitações).
Palestrante - Profº. Tochio Mukai

16/04/94 - Sábado
9:00h - Abertura da Secretaria
15:00h - Sessão de Encerramento e
Elaboração da Carta de Porto Seguro.
Entrega do Certificado de Participação.

CONVITE

No mês que o Brasil completa 494 anos,
a cidade de Porto Seguro foi escolhida para sediar o **VI ENPREV.**
Nada mais oportuno, pois temas de relevância como revisão constitucional, nova lei de licitações, responsabilidades de prefeitos e vereadores, e diretrizes para servidores municipais serão abordados.
Participe, sua presença é importante para melhoria da qualidade de vida dos munícipes.
Autoridades convidadas:
Dr. Élcio Álvares - Ministro da Indústria, Comércio e Turismo
Dr. Gérson Camata - Senador do Espírito Santo
Dr. Joel Mendes Renno - Presidente da Petrobrás
Dr. Adyr da Silva - Presidente da Telebrás

PARA O VII ENPREV, INSCREVA SEU MUNICÍPIO, PARA APRECIAÇÃO.

Realização: Eventur - Eventos e Turismo Ltda.
Coordenador Geral - Jorge Horta
Sede - Rua Mimoso do Sul, nº 05 - Guarapari - ES
Fone/Fax: (027) 261-2069/261-0943

Cia. das Artes

PATROCÍNIO:

Prefeitura Municipal de Porto Seguro
Câmara Municipal de Porto Seguro
Banco do Brasil
Viagens CVC

COMISSÃO DE HONRA

Exmo. Senhor Dr. Itamar Augusto Caiteiro Franco - Presidente da República
Exmo. Senhor Dr. Antonio Carlos Magalhães - Governador do Estado da Bahia
Exmo. Senhor Dr. João Carlos Mattos de Paula - Prefeito de Porto Seguro
Exmo. Senhor Dr. Carlos Eduardo Regis Bittencourt - Pres. da Câmara Municipal de Porto Seguro

VI ENPREV
ENCONTRO NACIONAL DE PREFEITOS, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS
PORTO SEGURO - BAHIA

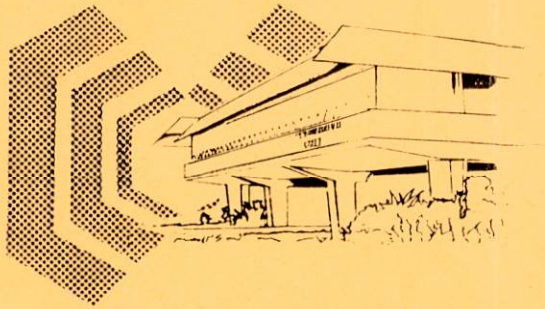
VI ENPREV
ENCONTRO NACIONAL DE PREFEITOS, VEREADORES E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS
PORTO SEGURO - BAHIA

PORTE PAGO
ECT - DR - SP
ISR - 40 - 2511/81

EXMO SR VEREADOR MD 1º SECRETÁRIO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
13825-000 HOLAMBRA - SP

IMPRESSO

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 1994



AGOSTO

9 Orçamento-Programa em Nível Municipal - Primeira Turma - *São Paulo*

10 Décima Nona Reunião do Grupo de Estudos de Recursos Humanos na Administração Municipal - Gerham - *São Paulo*

11 Orçamento-Programa em Nível Municipal - Segunda Turma - *São Paulo*

23 Transferências de Recursos e suas Implicações nas Receitas Municipais - *São Paulo*

30 Operação de Videotexto* - *São Paulo*

SETEMBRO

1 Seminário Fontes de Recursos em Meio Ambiente para Municípios - Recuperação Florestal e Arborização Urbana - *São Paulo*

13 Vigésima Reunião do Grupo de Estudos de Recursos Humanos na Administração Municipal - Gerham - *São Paulo*

13 e 14 Cadastro Físico-Territorial e Elaboração de Planta Genérica de Valores - *São Paulo*

15 Licitação - *São Paulo*

20 Condições para o Aproveitamento das Potencialidades do Desenvolvimento Econômico Local - *São Paulo*

21 e 22 Prática da Elaboração de Concurso Público - *São Paulo*

27 a 29 Implantação e Gerenciamento de Sistemas de Informações para a Administração Municipal - *São Paulo*

OUTUBRO

6 Vigésima Primeira Reunião do Grupo de Estudos de Recursos Humanos na Administração Municipal - Gerham - *São Paulo*

19 e 20 Comunicação nas Relações Humanas no Trabalho* - *São Paulo*

20 Administração de Bens Públicos - Cessão, Permissão e Alienação - *São Paulo*

25 a 27 Tributação Municipal - *São Paulo*

NOVEMBRO

8 Vigésima Segunda Reunião do Grupo de Estudos de Recursos Humanos na Administração Municipal - Gerham - *São Paulo*

9 a 11 Jogos e Simulações em Treinamento* - *São Paulo*

22 a 24 Protocolo e Arquivo* - *São Paulo*

28 a 2/12 Formação de Instrutores e Agentes Multiplicadores na Administração Pública - *São Paulo*

DEZEMBRO

6 Vigésima Terceira Reunião do Grupo de Estudos de Recursos Humanos na Administração Municipal - Gerham - *São Paulo*

8 Sistemática da Prestação de Contas - *São Paulo*

*** Vagas limitadas**

RESERVAS / INSCRIÇÕES

Das 9 às 12 e das 14 às 18 horas, pelo telefone (011) 816.6460, ramais 334 e 345, ou via correio.
Os interessados em participar dos cursos com vagas limitadas devem fazer a reserva por telefone e confirmar por escrito.

As datas dos cursos estão sujeitas a alterações.

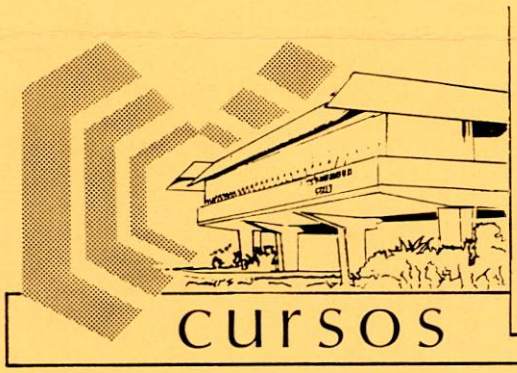
1994 - ANO DA INTERIORIZAÇÃO

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

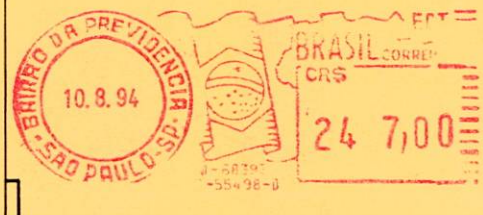
CAMARA MUNICIPAL DE
HOLAMBRA SP
13825-000

IMPRESSO

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Avenida Professor Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900 - PABX (011) 816-6460 - TELEX (11) 83141 FUFL - FAX (011) 813-5969



Programação
2º. Semestre
1994
cursos



EXMO(A). SR(A).
ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
PRESIDENTE DA

SEMINÁRIO

COOPERAÇÃO BRASIL - FRANÇA EM GERENCIAMENTO DE ÁGUAS

Dia 25/08/94
Local: Câmara Municipal de Paulínia

OBJETIVO

Apresentar e debater formas de cooperação com a França na área de gerenciamento de bacias hidrográficas, contando com relatos de experiências atuais do DNAEE, Consórcio Piracicaba/Capivari e bolsistas brasileiros na França

PROGRAMA

14h00min	Abertura Solene
14h30min	Cooperação Brasil - França: Projetos Rio Doce e Paraíba do Sul Representantes do DNAEE e da Missão francesa no Brasil
15h00min	Cooperação do Consórcio Piracicaba - Capivari / Agências Francesas (C.U.D. - ADEME - Agência Sena Normandia) Representantes do Consórcio Piracicaba - Capivari e da Agência Sena Normandia
15h30min	Estágios e Cursos em Instituições Francesas Bolsistas em instituições francesas
16h00min	Intervalo
16h30min	Debates
17h30min	Coquetel

Realização:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI

ASSEMAE

Apoio:

ADMINISTRAÇÃO "CIDADE FELIZ"

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
COMPROMISSO COM A COMUNIDADE

01-08-94

INFORMATIVO CETESB

CETESB

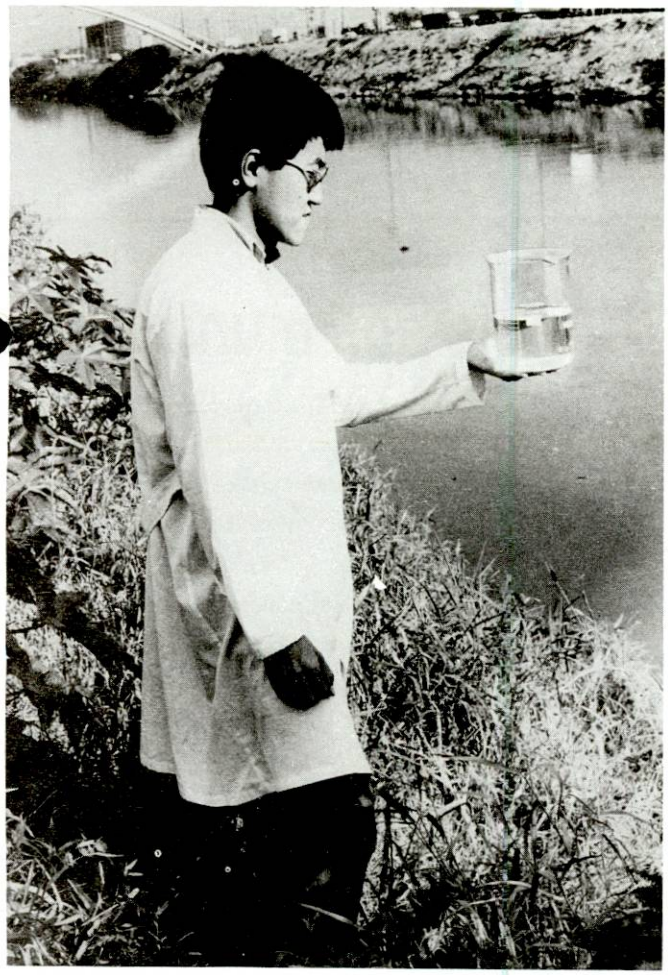
ANO 1 - Nº 3 JULHO DE 1994

Diagnósticos da Poluição

A CETESB monitora as bacias hidrográficas do Estado de São Paulo

Todas as grandes civilizações começaram à beira de rios importantes e se expandiram pelas terras em volta e pelas margens dos seus rios importantes e regatos afluentes. Ainda hoje é assim. O rio principal e seus afluentes é o que se chama uma bacia hidrográfica, que se esparrama por um vale fértil e com boas vias de comunicação. O Estado de São Paulo tem 22 bacias hidrográficas e a CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental acaba de realizar um Diagnóstico da Poluição Ambiental no Interior, levando em conta a divisão geográfica dos seus recursos fluviais e constituindo um verdadeiro mapa da poluição de suas águas, do seu ar e do seu solo.

A Bacia do Rio Piracicaba é um exemplo. Recebe em seus corpos de água cerca de 160 toneladas diárias de carga poluidora. Desse total, 118 toneladas são provenientes de esgotos domésticos e o restante de origem industrial.



O controle da qualidade das águas é uma tarefa técnica

A diferença apontada entre a carga doméstica e a industrial explica-se pelo fato de que a maior parte dos esgotos das cidades é lançada "in natura" nos rios, enquanto que, devido à ação de controle da CETESB, as indústrias já tratam quantidades consideráveis de seus efluentes antes de despejá-los. Não fosse esse trabalho, ao invés das 42 ton/dia, a indústria da região estaria descartando 158 toneladas de carga orgânica todos os dias.

Os efluentes líqüidos gerados pela indústria sucro-alcooleira da região, que potencialmente chegam a 955 ton/dia, são reciclados nos processos industriais ou dispostos nas áreas de cultura de cana para fertirrigação.

Devido a essa forma de manejo, desenvolvida em conjunto com a CETESB, a carga remanescente, que efetivamente é lançada nos rios, é muito pequena.

Já a qualidade das águas tem sido acompanhada através de monitoramento com coleta de amostras em dez locais, a cada dois meses. São utilizados, para isso, 35 indicadores, dos quais nove são usados para o cálculo do IQA - Índice de Qualidade da Água. São eles: pH, OD, DBO, Coliformes Fecais, Resíduo Total, Temperatura, Turbidez, Nitrogênio e Fósforo.

Esses dados são cruzados com as características ocupacionais da bacia (densa malha urbana, extensa área agrícola, com predominância de cana-de-açucar e citros, e parque industrial moderno e diversificado), para que a CETESB possa traçar as diretrizes de sua atuação, visando o controle e a prevenção da poluição ambiental.

Telefones de Plantão

Para alertas e reclamações sobre poluição ambiental, a população dispõe de dois telefones da CETESB:

816-6655 e 816-6877

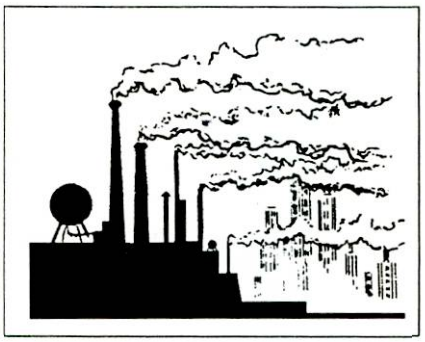
Cubatão: um balanço de 11 anos

Noventa por cento das 320 fontes de poluição do parque industrial de Cubatão estão controladas. A avaliação é feita pela CETESB, após ter completado onze anos de desenvolvimento do Programa de Controle Ambiental, iniciado em julho de 1983.

Como resultado mais imediato da ação de controle, diminuíram as ocorrências dos Estados de Alerta e de Emergência. Nos três últimos anos, não foi registrado nenhum episódio crítico das condições do ar em Cubatão. Em 1984, no início das ações de controle houve 16 Estados de Alerta e 1 de Emergência.

Não foram eliminados os poluentes gerados pelas indústrias, mas sim controlados por meio de melhor tecnologia prática disponível em cada caso, através de filtros de tecido, lavadores de gases e precipitadores eletrostáticos, entre outros. O material particulado (poeiras), principal poluente, que totalizava 313.470 kg/dia nas principais fontes de poluição, foi controlado em um nível de 72 porcento, resultando na carga remanescente de 86.953 kg/dia.

No caso dos hidrocarbonetos (HC), provenientes da refinação de petróleo, houve uma redução de 88 por cento, ou 78.903 kg/dia. Na emissão de dióxido de enxofre (SO2), reduziu-se em 37 porcento, ou 28.826 kg/dia. No caso dos poluentes das águas, a maior redução obtida foi dos metais (97 porcento), passando de uma emissão inicial de 4.000 kg/dia em 84, para 120 kg/dia.&



Quanto aos resíduos sólidos industriais, apesar de o pólo petroquímico ainda produzir mais de 12 mil toneladas por dia de resíduos, o maior avanço foi romper com o ciclo de disposição inadequada no solo, buscando várias alternativas de destinação, com aterro, encapsulamento, reciclagem, tratamento biológico e incineração. Do total de resíduo gerado, 60 porcento são reciclados, 2 porcento sofrem tratamento ou são estocados e 38 porcento são dispostos no solo, sendo atualmente, desse percentual, 47 porcento de resíduos de siderurgia ainda dispostos de maneira inadequada.

Novas Verbas

Mais recursos para o financiamento ao controle da poluição industrial no Estado de São Paulo. É o que garante o convênio assinado entre a CETESB e o BNDES -Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que contará com recursos do Eximbank do Japão e do Bird, no montante de U$ 100 milhões.

Trata-se de uma linha de crédito a nível nacional da qual participarão oito Estados, que deverão se habilitar para receber os recursos, sendo que a CETESB atuará como Agente Técnico do Programa.

Como Agente Técnico, a CETESB receberá recursos para programa de financiamento ao controle e obterá até 1% sobre o valor financiado para o programa de assistência técnica.

Apoio aos municípios

Toda a estrutura da CETESB é colocada à disposição dos 625 municípios do Estado de São Paulo. Eles recebem assistência ou orientação ambiental em vários aspectos de suas ações rotineiras e em casos especiais de prevenção e controle de seu ar, de suas águas e de seu solo.

São 22 escritórios distribuídos pelo Interior e pelo Litoral (Americana, Aparecida, Araraquara, Araçatuba, Bauru, Campinas, Cubatão, Franca, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Marília, Novo Horizonte, Paulínia, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Taubaté e Ubatuba), além das unidades descentralizadas da Região Metropolitana e da sede na Capital (Guarulhos, Mogi das Cruzes, Pinheiros, Santo Amaro, Taubaté, Ipiranga, Osasco, Santana e Santo André).

Localização

Grande São Paulo: posição privilegiada

Em termos gerais de poluição ambiental, aquela cujos controle e defesa a lei atribui à CETESB, a situação não é tão má na região do Estado popularmente conhecida como Grande São Paulo (oficialmente denominada Região Metropolitana de São Paulo -RMSP). Abrangendo a Capital e mais 38 municípios vizinhos (entre os quais São Caetano do Sul, Guarulhos, Santo André, Diadema, Osasco, Taboão da Serra, São Miguel Paulista, Mauá e São Bernardo do Campo), a região sofreu durante muito tempo os efeitos do acelerado progresso paulista no século XX. Nela se instalou o maior pólo industrial da América Latina, o que gerou danos à qualidade de seu ar, de suas águas e do seu solo.

Mas o quadro tem melhorado nos últimos anos. A qualidade de suas águas industriais e de mananciais para consumo humano, apesar da grande pressão demográfica causada pela intensa urbanização, tem sido garantida e receberá agora um significativo reforço com a implantação do Projeto Tietê. Quanto às indústrias, muitas estão se mudando para o Interior ou adotando processos modernos mais limpos.

Quanto ao ar, a posição topográfica da região no continente sul-americano é privilegiada, pois se encontra em zona de freqüentes passagens de frentes que, em geral, proporcionam muita instabilidade meteorológica e a conseqüente variação da atuação dos sistemas de alta pressão: ora subtropical, ora polar, proporcionando a troca sucessiva de ar na região.

Isso é bom, para compensar o aumento gradual da frota de veículos, tanto leves, para uso particular, como pesados, para transporte coletivo e da riqueza produzida. A poluição atmosférica provocada por essa frota substitui a da indústria como vilão para a saúde da população. E para controlá-la com mais eficiência, a CETESB implantará este ano uma nova Central Telemétrica de controle da qualidade do ar, com a duplicação de suas atuais medidoras de poluentes nos pontos críticos dessa ampla região geográfica.

Projeto Tietê:
70% das indústrias já tratam seu esgoto

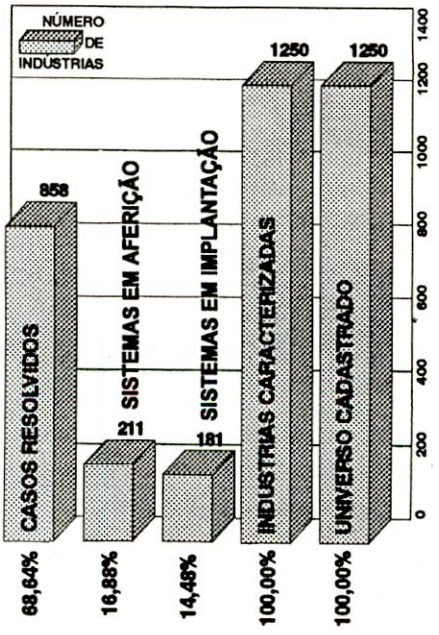
A CETESB-Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental continua registrando com êxito sua participação no Projeto Tietê. Segundo o relatório de maio, o número de indústrias que deixaram de poluir, no trecho da Grande São Paulo, subiu para 858 (70%). Restam pouco menos que quatrocentas das grandes poluidoras - alvo da agência ambiental na primeira fase do programa - para tratar seu esgoto, o que deverá ocorrer até o final deste ano, conforme os cronogramas estabelecidos com as empresas.

Em termos de carga poluidora, os números atuais correspondem a uma redução de sessenta por cento, em comparação com o início do projeto, em 1991.

Em outras palavras, quase três toneladas de metais pesados, fluoretos e cianetos, além de outras duzentas toneladas de esgoto doméstico, deixaram de ser lançadas diariamente no Rio Tietê e seus afluentes.

Apesar dos resultados expressivos, os efeitos "visíveis"ainda não podem ser sentidos por quem passa perto do rio. A recuperação efetiva das águas, paralelamente à volta da vida (oxigênio) ao Tietê, é a meta do projeto como um todo e deve acontecer gradativamente, até o ano 2005, conforme os objetivos do Governo do Estado de São Paulo, com a conclusão de todas as obras necessárias ao saneamento.

SITUAÇÃO AO FINAL DE MAIO/94
PROJETO TIETÊ - DESPOLUIÇÃO INDUSTRIAL



A CETESB e a Represa Billings

A medição obedece a metodologia de padrão internacional

A CETESB-Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental realiza regularmente o monitoramento das águas da Represa Billings, matéria-prima tanto para o abastecimento potável de água a parte da população (através de tratamento pela SABESP-Saneamento Básico do Estado de São Paulo), quanto para a geração de energia elétrica (através da Usina Henri Borden, em Cubatão, pela Eletropaulo-Eletricidade de São Paulo S/A).

Prioridade

A qualidade dessas águas para uso humano é medida duas vezes por semana e ininterruptamente em situações críticas. O Reservatório Billings, embora comporte multiplicidade de usos, está prioritariamente vocacionado para o abastecimento público de água, tanto por sua capacidade e vazão de água, quanto por sua altitude e proximidade dos centros consumidores. Em épocas de ocorrência de fortes chuvas na Região Metropolitana de São Paulo, e para evitar inundações e suas conseqüências danosas, as águas do Rio Tietê, em sua confluência com o Rio Pinheiros, são revertidas para o reservatório, carreando para lá o esgotamento de matéria orgânica.

Oxigênio

O nutriente orgânico desse material provoca a proliferação explosiva de algas e bactérias que exaurem trechos iniciais da Billings de oxigênio e provocam a morte de peixes e outros organismos vivos, por asfixia. Esse fenômeno, em tais ocasiões, ocorre somente em 1% do volume da represa e apenas em pontos próximo ao braço em que são lançadas as águas revertidas.

Essa medição obedece a metodologia de padrão internacional e é efetuada com a freqüência determinada por esse padrão, tanto para situações de normalidade quanto para situações críticas, para que o tratamento da água para consumo humano seja adequado a cada situação.

A medição desses padrões da água não é lenta, mas instantânea. E é feita através de coleta e análise de amostras, progressivamente da área mais comprometida até a menos comprometida, que nunca atinge os pontos alimentação e tratamento da água para abastecimento público.

CETESB - Biblioteca

A CETESB conta com uma biblioteca especializada, aberta ao público em geral, estudantes, jornalistas e pesquisadores. É uma das mais completas em controle da poluição ambiental na América Latina. Em função da temática específica do seu acervo, foi escolhida como biblioteca-base do Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT, em nível nacional. Contém 23.312 volumes (livros, relatórios técnicos, teses, trabalhos de congressos, séries); 14.500 títulos de relatórios em microficha da EPA (agência ambiental americana); 47.243 periódicos, e a coleção completa das Normas Técnicas da CETESB. Funciona nos dias úteis das 9 horas às 16h30. Seu telefone é (011) 813-1661.

INTERIORIZAÇÃO

Em sua trajetória de existência, a CETESB tem acumulado e sistematizado conhecimentos técnicos de tal vulto que se transformou num centro de excelência difusor de tecnologias de saneamento ambiental para o Brasil e para a América Latina. Seu trabalho acabou por merecer o reconhecimento de importantes instituições internacionais, do que muito nos orgulhamos - seus técnicos, seus dirigentes, seus funcionários.

Além de sua expressiva atuação no controle das fontes potencialmente poluidoras do grande pólo industrial em que se tornou sua Capital e o entorno econômico da Grande São Paulo, a empresa tem reforçado sua fiscalização e suas ações de apoio ao Interior. E acaba de aprovar seu novo Programa de Interiorização. Ele prevê uma ampla articulação com os órgãos do governo, especialmente com aqueles que formam o Sistema Estadual de Meio Ambiente. Resultará na reestruturação de algumas unidades existentes, e na abertura de novas. E estabelecerá novos paradigmas de atuação, enfrentando o grande desafio de estruturar novo modelo de gestão.

Walter Godoy dos Santos
Diretor de Controle de Poluição do Interior

Na Imprensa

"No Brasil, a partir de uma iniciativa de técnicos da CETESB (empresa estatal que cuida da questão ambiental no Estado de São Paulo), de 1986, há uma lei antipoluição veicular, eficiente. Chama-se PROCONVE (Programa de Controle de Emissões Veiculares). Para atender aos limites impostos por essa lei, as montadoras foram obrigadas a investir e equipar seus carros com injeção eletrônica, no lugar do carburador, e catalisador no escapamento." (Folha de S. Paulo, em 17 de abril de 1994)

EXPEDIENTE
Elaboração: Divisão de Imprensa da CETESB
Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - CEP: 05489-900
Fone: 210-1100 (ramais 270/271) - Fax: 814-5407

Secretaria de Estado do Meio Ambiente S. Paulo
GOVERNO DE SÃO PAULO
CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR
CETESB

Anexar no mural 07-06-94

cursos

JUNHO 1994

ESTRUTURA DE RELATÓRIO E RECICLAGEM GRAMATICAL

Apresentação

Presente nas atividades de todas as empresas, seja pública ou privada, o relatório é um veículo de comunicação verbal ou escrita muito importante, pois é através desse documento que se registram informações de caráter técnico-administrativo ou informações factuais, reflexo das operações rotineiras.

Sendo um meio de comunicação escrita, além do conhecimento de sua estrutura básica, é oportuno, também, o aprimoramento da língua escrita, contribuindo, assim, para a organização do relatório.

Esse aprimoramento da língua consiste em um instrumento de segurança e eficácia quando se trata de comunicação escrita, quer formal, quer informal, e facilita, ainda, o processo de comunicação tanto em termos de formação geral quanto em termos de qualificação e ascensão profissional.

[redacted]o objetivo de responder a essa necessidade dentro das Administrações Públicas Municipais, o Cepam promove o pre[redacted]nte curso, não esgotando, porém, as possibilidades percebidas e evidenciadas na comunicação.

Objetivos

- Fornecer subsídios para a elaboração e estruturação do relatório.
- Apontar os mecanismos da estrutura da língua escrita.

Programa

- Texto: tipos; organização do texto.
- Relatório: conceito; tipos; estrutura básica.
- Reciclagem Gramatical: acentuação gráfica; ortografia; sistema pronominal; concordância (nominal e verbal); regência (nominal e verbal); colocação dos pronomes átonos; crase; pontuação.

Data/Horário

14 a 17 de junho de 1994
Das 9 às 17 horas

Docentes

Roseli Aparecida Minas de Souza e Toyoko Nakazone, técnicas da Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam

Local

Instituto Butantã
Av. Vital Brasil, 1.500
SÃO PAULO - SP

Público-alvo

Servidores municipais que elaboram relatório e/ou aqueles em que a ação de redigir constitua atribuição na sua tarefa administrativa.

Inscrições/Informações

As inscrições devem ser feitas através do telefone (011) 816-6460, ramal 334, das 9 às 12 e das 14 às 18 horas, no período de 18 de maio a 13 de junho de 1994.

Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam
Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária

Superintendência de Desenvolvimento Administrativo e de Recursos Humanos - Sdarh

Telefone (011) 816-6460, ramais 334 e 345

Telex (11) 83141 FUFL - Fax (011) 813-5969

Número de Vagas: 20
Será conferido certificado aos participantes.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

GOVERNO DE SÃO PAULO
CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR

CEPAM

1994 - ANO DA INTERIORIZAÇÃO

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

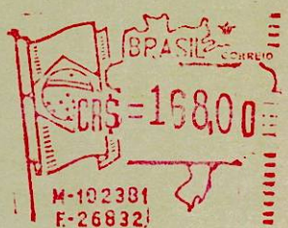
CAMARA MUNICIPAL DE
HOLAMBRA SP
13825-000

IMPRESSO

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM
Avenida Professor Lineu Prestes, 913 – Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900 – PABX (011) 816-6460 – Telex (11) 83141 FUFL – Fax (011) 813-5969







EXMO(A). SR(A).
ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
PRESIDENTE DA

SIMPÓSIOS
Licitações e Contratos Administrativos

PROGRAMAÇÃO PARA O 1º e 2º SEMESTRES DE 1994

Nova Lei nº 8.666 de 21-6-93

ano 10 NDJ

NATUREZA E OBJETIVO

Aula expositiva sobre a legislação vigente e sua prática com base na doutrina e jurisprudência. Após cada palestra haverá uma sessão de debates para esclarecimento de dúvidas dos participantes, que serão formuladas por escrito e respondidas verbalmente.

PÚBLICO A QUE SE DESTINAM

1 - Comissões de Licitação.
2 - Encarregados de compras do setor público.
3 - Fornecedores de obras, bens e serviços para a Administração Federal, Estadual e Municipal.
4 - Todos que contratam com a Administração Direta e Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Estatais e Fundações.

SIMPÓSIO SOBRE LICITAÇÕES

- Normas gerais a serem observadas, entendimento doutrinário.
- Contratação direta, dispensa, inexigibilidade e vedação.
- Modalidades: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso e Leilão.
- Editais, cláusulas essenciais e exorbitantes, principais vícios.

DURAÇÃO: 2 dias – das 8:30 às 18:30 horas.

SIMPÓSIO SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- Cláusulas essenciais: o objeto, o regime, prazos de início e de término, indicação dos recursos, garantias, responsabilidade das partes, casos de rescisão.
- A revisão, o equilíbrio econômico-financeiro e o reajuste.
- Acréscimos, supressões, seus limites.
- Medida Provisória nº 482 de 28-4-94 (Plano Econômico) e sua repercussão nos Contratos Administrativos.

DURAÇÃO: 1 dia – das 8:30 às 18:30 horas.

PROFESSORES

- YARA DARCY POLICE MONTEIRO
  Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São Paulo
- CYNTHIA DE FÁTHIMA DARDES PIRES
  Professora de Direito Administrativo, Consultora do CEPAM/SP
- DIOGENES GASPARINI
  Mestre e Doutor em Direito – PUC/SP
- IVAN BARBOSA RIGOLIN
  Professor de Direito Administrativo
- LEON FREJDA SZKLAROWSKY
  Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional, Professor de Direito Administrativo e Tributário da AEUDF
- MÁRCIO CAMMAROSANO
  Professor de Direito Administrativo – PUC/SP

BONIFICAÇÃO

Os assinantes das nossas publicações, **BDA – Boletim de Direito Administrativo**, **BDM – Boletim de Direito Municipal**, **BLC – Boletim de Licitações e Contratos**, gozam de uma bonificação especial de 50% de desconto sobre os preços acima.
OBSERVAÇÃO: Preços válidos para pagamento até 31-5-94.

NDJ SIMPÓSIOS & TREINAMENTOS NDJ
teóricos e práticos

LOCAIS E DATAS

SÃO PAULO

Auditório "D. Elza" – Rua Cons. Crispiniano, 344 - 4º andar – conjs. 401/405

SIMPÓSIOS SOBRE LICITAÇÕES **Dias:** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 580.000,00**	**maio** **23 e 24**	**junho** **8 e 9** **15 e 16** **21 e 22**	**julho** **18 e 19** **27 e 28**	**agosto** **3 e 4** **10 e 11** **17 e 18** **24 e 25** **31 e 1º/9**	**setembro** **8 e 9** **14 e 15** **19 e 20** **26 e 27**
SIMPÓSIOS SOBRE CONTRATOS **Dias:** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 290.000,00**	**25**	**10 e 17** **23**	**20 e 29**	**5, 12, 19** **e 26**	**2, 10, 16,** **21 e 28**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, CAFÉ, ÁGUA E CERTIFICADO

VITÓRIA

Hotel Porto do Sol – Av. Dante Michelini, 3957

SIMPÓSIO SOBRE LICITAÇÕES **Dias: 30 e 31 de maio** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 1.660.000,00**	**SIMPÓSIO SOBRE CONTRATOS** **Dia: 1º de junho** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 830.000,00**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, ALMOÇO, COFFEE BREAK E CERTIFICADO

RIO DE JANEIRO

Le Meridien Copacabana – Av. Atlântica, 1020

SIMPÓSIOS SOBRE LICITAÇÕES **Dias: 6 e 7 de junho – 12 e 13 de setembro** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 1.500.000,00**	**SIMPÓSIOS SOBRE CONTRATOS** **Dias: 8 de junho – 14 de setembro** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 750.000,00**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, ALMOÇO, COFFEE BREAK E CERTIFICADO

BELÉM

Hotel Hilton Internacional – Av. Pres. Vargas, 882

SIMPÓSIO SOBRE LICITAÇÕES **Dias: 13 e 14 de junho** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 2.340.000,00**	**SIMPÓSIO SOBRE CONTRATOS** **Dia: 15 de junho** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 1.170.000,00**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, ALMOÇO, COFFEE BREAK E CERTIFICADO

BRASÍLIA

San Marco Hotel – SHS – Quadra 5 – Bloco C

SIMPÓSIO SOBRE LICITAÇÕES **Dias: 6 e 7 de julho** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 1.660.000,00**	**SIMPÓSIO SOBRE CONTRATOS** **Dia: 8 de julho** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 830.000,00**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, ALMOÇO, COFFEE BREAK E CERTIFICADO

MACEIÓ

Hotel Matsubara – Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1551

SIMPÓSIO SOBRE LICITAÇÕES **Dias: 15 e 16 de agosto** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 2.060.000,00**	**SIMPÓSIO SOBRE CONTRATOS** **Dia: 17 de agosto** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 1.030.000,00**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, ALMOÇO, COFFEE BREAK E CERTIFICADO

FLORIANÓPOLIS

Castelmar Hotel – Rua Felipe Schmidt, 1260

SIMPÓSIO SOBRE LICITAÇÕES **Dias: 29 e 30 de agosto** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 1.500.000,00**	**SIMPÓSIO SOBRE CONTRATOS** **Dia: 31 de agosto** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 750.000,00**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, ALMOÇO, COFFEE BREAK E CERTIFICADO

RIBEIRÃO PRETO

Stream Palace Hotel – Rua General Osório, 850

SIMPÓSIO SOBRE LICITAÇÕES **Dias: 21 e 22 de setembro** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 1.500.000,00**	**SIMPÓSIO SOBRE CONTRATOS** **Dia: 23 de setembro** **VALOR DA INSCRIÇÃO: CR$ 750.000,00**

INCLUSO APENAS MATERIAL DIDÁTICO, ALMOÇO, COFFEE BREAK E CERTIFICADO

CENTRAL DE RESERVAS E INFORMAÇÕES EM SÃO PAULO
PABX (011) 223-8655/223-9066
FAX (011) 223-0246
TELEX 11-26255 ENDJ

UMA REALIZAÇÃO

EDITORA NDJ LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

Rua Cons. Crispiniano, 344 - 6º and. - conjs. 603 e 604 - CEP 01037-908
São Paulo - SP
Tel. (011) 223-8655 - Telex: 11-26255 ENDJ - Fax: (011) 223-0246

NDJ
BDA
BLC
NDJ

SIMPÓSIOS & TREINAMENTOS®
NDJ *teóricos e práticos* NDJ

INFORMATIVO
Dinâmico

ANO XVIII Nº 28 EDIÇÃO EXPEDIDA EM 20.4.94

Reengenharia internacional

Nos próximos dias 25, 27 e 28, a Mantel realizará, respectivamente, em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, o ReEngenharia & Process Management Excellence, em conjunto com Coopers & Lybrand. "Pretendemos, com este evento, desvendar a reengenharia, enfatizando a implementação e as dificuldades de forma a obter maior competitividade empresarial", afirma Marcos Wettreich, presidente da Mantel.

Instrutor de treinamento

Durante os dias 25 a 29 de abril, Gerarh Consultores estará desenvolvendo a temática sobre o Desenvolvimento do Papel do Instrutor de Treinamento, sob o comando da psicóloga Eunice Climaites. O programa visa despertar reflexões e definir a melhor técnica a ser utilizada nos treinamentos.

Medicina do Trabalho



O advogado José Luiz Dias Campos escreve sobre os serviços de saúde do trabalho. Entre os vários questionamentos levantados pelo artigo, destaque para a polêmica que envolve a auto-aplicabilidade, ou não, da Convenção 161 da Organização Internacional do Trabalho. A referida convenção versa sobre a terceirização dos serviços de saúde no trabalho. Página **378**.

Indicadores econômicos

UPF e DER

Indicador	Período	CR$/Fator	Comunicado BC	DOU/3
UPF	maio	9.618,34	3.828	14.4.94
DER	1º.5	4.033,872512	3.829	14.4.94

Uref

Quinzena/mês	CR$	Comunicado BC	DOU/3
2ª.4	260,29	3.827	14.4.94
1ª.5	311,37	3.827	14.4.94

Resenha da Legislação Federal

372
- Princípios da reforma tributária
  Resolução 104
- Investimento no PND
  Resolução 2.062
- Mercado financeiro urverizado
  Resolução 2.061
- Substituição tributária
  Ajuste 1
- Aspectos jurídicos do FHC 2
  Despacho 363
- Inspeção do trabalho
  Instrução Normativa 2
- Produtos e serviços fiscalizados
  Portaria 3
- Recursos aplicados à educação
  Resolução 14
- Cadastro de registro de empresas
  Portaria 6

Resenha da Legislação Paulista

368
- Tributação de serviços em URV
  Portaria 57
- Obrigações acessórias do ISS
  Portaria 56
- Pagamento de preços públicos
  Decreto 34.080

IOB Índex

O valor correto da URV referente aos dias 9 e 10 de abril é CR$ 1.023,98 e não o que consta do quadro URV (página 4 do IOB Índex).

IOB informações objetivas

Pessoas jurídicas, sua natureza, seu registro

*Romano Cristiano**

Foi recentemente publicada (Diário Oficial da União, seção 1, de 11.2.94, pág. 2.089) a Lei 8.854, de 10.2.94, que dispõe, entre outras coisas: "Art. 1º - Fica criada, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira - AEB, autarquia federal vinculada à Presidência da República, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. Parágrafo único - A AEB responde, de modo direto, ao Presidente da República. Art. 2º - A AEB, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e quadro de pessoal próprios, tem sede e foro no Distrito Federal".

Chamou nossa atenção a expressão "com natureza civil"; caímos, aliás, em grande perplexidade com relação à mesma, eis que a autarquia é considerada pessoa jurídica de direito público interno, enquanto, até agora, sempre vimos atribuída a natureza civil a pessoas jurídicas de direito privado. Tal perplexidade nos levou a refletir, sucintamente, nas diversas espécies de pessoas jurídicas, e a elaborar pequena síntese mental, que ora submetemos à apreciação dos leitores.

As pessoas jurídicas em geral, no Brasil, podem ser classificadas, primeiramente, em pessoas jurídicas de direito público interno e pessoas jurídicas de direito privado. As segundas se dividem em pessoas jurídicas de natureza comercial e pessoas jurídicas de natureza civil; estas últimas, por sua vez, se subdividem em pessoas jurídicas de fins lucrativos e pessoas jurídicas de fins não lucrativos. Temos, assim, o quadro abaixo.

a) Pessoas jurídicas de direito público interno. São a União, cada um dos Estados, o Distrito Federal, cada um dos Municípios, as respectivas autarquias. Trata-se de entidades de natureza única, não submetidas a registro especial, e cuja personalidade jurídica surge automaticamente com o ato legislativo de criação.

b) Pessoas jurídicas de direito privado, de natureza comercial. São, em primeiro lugar, as que o Código Comercial Brasileiro designa como sociedades comerciais (artigos 311, 315 e 317), exceto as sociedades em conta de participação, que são consideradas não personificadas. Vêm depois as sociedades por quotas de responsabilidade limitada (Decreto 3.708, de 10.1.1919). Temos, enfim, as sociedades por ações (Lei 6.404, de 15.12.76), que são as sociedades anônimas e as sociedades em comandita por ações. Todas devem ter seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial em cuja jurisdição se encontre situada a sede social (Estado ou Distrito Federal); todas devem ter objeto social classificável como comercial, total ou parcialmente. O objeto é comercial quando as atividades que o compõem revelam a existência conjunta dos seguintes elementos: intermediação, risco (capital preponderante), habitualidade, fito de lucro.

c) Pessoas jurídicas de direito privado, de natureza civil, de fins lucrativos. São as chamadas sociedades civis, as quais exercem atividades econômicas, mas não são comerciais, em virtude da ausência do elemento "intermediação" ou do elemento "risco", ou de ambos. É civil, por exemplo, uma sociedade de profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros etc.). O registro de tais sociedades deve, via de regra, ser feito em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (na cidade de São Paulo, o mesmo cartório onde funciona o Registro de Títulos e Documentos). As sociedades de advogados devem registrar-se na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); note-se que tal registro não deve ser visto apenas como algo vinculado à fiscalização profissional: ele, com efeito, também confere a personalidade jurídica.

d) Pessoas jurídicas de direito privado, de natureza civil, de fins não lucrativos. São as chamadas "associações" e as fundações. As primeiras têm base corporativa: são conjuntos de pessoas (físicas ou jurídicas) que se utilizam de determinados bens, em grande ou pequena quantidade; não são comerciais (apesar das aparências, às vezes) por não terem finalidade lucrativa e, em certos casos, por não serem intermediárias; podem ser dos mais diferentes tipos: científicas, literárias, artísticas, históricas, geográficas, arqueológicas, recreativas, esportivas, profissionais, comerciais, beneficentes, assistenciais, religiosas, pararreligiosas, e assim por diante.

As segundas têm base patrimonial: são conjuntos de bens, administrados por determinadas pessoas. Podem exercer as mais diferentes atividades, parecendo-se em muitos casos com autênticas empresas comerciais. Nunca porém são agentes comerciais, por não terem jamais finalidade lucrativa. As fundações são sempre registradas em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, após aprovada sua criação pelo Ministério Público. As associações são, via de regra, registradas no mesmo cartório; excetuam-se as cooperativas de todos os tipos, que são registradas na Junta Comercial do Estado.

Algumas observações

a) As autarquias — pessoas jurídicas de direito público interno — podem ter base patrimonial (é a hipótese mais corriqueira) e base corporativa. Como exemplo de autarquia com base patrimonial podemos citar o serviço público que recebe autonomia por intermédio da personificação; como exemplo de autarquia com base corporativa podemos citar a ordem ou o conselho de fiscalização profissional.

b) A despeito do que corriqueiramente se pensa nos meios empresariais (às vezes até mesmo nos meios jurídicos), as firmas individuais, mesmo quando registradas na Junta Comercial, não são pessoas jurídicas, muito embora, em certos casos, legalmente equiparadas às pessoas jurídicas, para fins tributários. Elas são apenas as pessoas físicas dos comerciantes individuais.

c) Apesar das aparências em sentido contrário, e, às vezes, de registro próprio, os grupos econômicos, os consórcios, os condomínios de edifícios e as sociedades de fato também não são pessoas jurídicas.

**Procurador do Estado em São Paulo*

Aspectos legais da Medicina do Trabalho

*José Luiz Dias Campos**

Assunto palpitante e que está a merecer atenção é o que diz respeito sobre a vigência ou não da Norma Regulamentadora de nº 4, à luz de novo ordenamento jurídico, objeto do Decreto de nº 127, de 22 de maio de 1991, que promulgou a Convenção 161, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho, dentre os quais se destaca a possibilidade legal de *total terceirização dos serviços de saúde no trabalho* ([3]), *para todos os trabalhadores, entre os quais se contam os do setor público, e os cooperantes das cooperativas de produção, em todos os ramos da atividade econômica e em todas as empresas.*

A referida Convenção 161 entrou em vigor, para o Brasil, em 18 de maio de 1991 e foi promulgada pelo Decreto de nº 127, de 22 de maio de 1991 ([1]).

Para o Ministério do Trabalho, notadamente a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, a referida convenção não é auto-executável.

Tanto é verdade que a proposta de revisão da NR-7, datada de 10 de fevereiro de 1994, estabelece no item 7.4 (Das Responsabilidades) que compete ao empregador (item 7.4.1.1 *"indicar médico, empregado ou não da empresa, para coordenar o programa de controle médico de saúde, no caso de empresa não obrigada a constituir SESMT, de acordo com a NR-4".*

É no Direito Internacional do Trabalho que vamos encontrar a solução jurídica do problema aqui levantado.

A Convenção 161 se atrita com a Consolidação das Leis do Trabalho e com as Normas Regulamentadoras de nºs 4 e 7?

Dentre as teorias que estudam a questão, qual a adotada pelo Brasil? Seria auto-executável?

Amauri Mascaro Nascimento ([2]) em sua obra interroga:

"As convenções internacionais revogam leis internas com as quais se atritem?"

Scelle sustenta que uma convenção ratificada derroga todas as leis contrárias e inclusive a constituição de um país, posição considerada extremada por Bayon Chacón e Pérez Botija. "Pensamos", diz o jurista pátrio, "que o princípio da hierarquia é o da predominância da norma mais favorável. Assim, uma convenção internacional favorável ao trabalhador preferirá à lei interna. Se, no entanto, as disposições desta forem mais benéficas, a convenção não prevalecerá".

A Convenção de nº 161, da OIT, no nosso entender, não se atrita com a Consolidação das Leis do Trabalho e Normas Regulamentadoras de nºs 4 e 7. Tanto uma como as outras visam proteger os trabalhadores contra doenças profissionais e as doenças em geral e contra acidentes do trabalho. A Convenção, porém, é mais favorável ao trabalhador. Estende os serviços de saúde no trabalho *para todos os trabalhadores* (artigo 3º), *assegura maior número de funções dos serviços de saúde* (artigo 5º), *amplia a organização dos serviços* (artigo 7º), *determina total independência profissional do prestador de serviços de saúde no trabalho, quanto às funções previstas no artigo 5º* (artigo 10).

Para o consagrado jurista pátrio *Arnaldo Süssekind* ([3]) "a questão se resume na prevalência da concepção *monista* ou da *dualista* em relação às ordens jurídicas".

Para a *teoria monista* não há independência, mas interdependência entre a ordem jurídica internacional e a nacional, razão por que a ratificação do tratado por um Estado importa na incorporação automática de suas normas à respectiva legislação interna. Para a *teoria dualista,* as duas ordens jurídicas — internacional e nacional — são independentes e não se comisturam.

A ratificação do tratado importa no compromisso de legislar na conformidade do diploma ratificado, sob pena e responsabilidade do Estado na esfera internacional; mas a complementação ou modificação do sistema jurídico interno exige um ato formal por parte do legislador nacional."

Segundo *Arnaldo Süssekind* ([4]) "no Brasil, apesar da ausência de mandamento constitucional explícito, predomina a concepção *monista,* afirmada pela Suprema Corte e por autoridades administrativas, na interpretação sistemática da nossa Constituição".

Sustenta "não poder o Governo Federal ratificar o diploma internacional, ou a ele aderir, sem que haja sido aprovado pelo Congresso Nacional mediante Decreto Legislativo (artigo 44, nº 1 da Constituição anterior, atual 49, I), que tem *hierarquia de lei* (artigo 46, VI, da Constituição anterior, atual 59, VI). Trata-se, portanto, de mera aplicação da regra sobre conflito de leis no tempo, inserida no artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro".

Muito embora a Constituição em vigor tenha retirado da competência da Suprema Corte a possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário, quando a decisão recorrida negar vigência a tratado, passando-a para o Superior Tribunal de Justiça, via recurso especial ([5]) certo é que, na vigência da Constituição anterior o Supremo Tribunal Federal adotava a teoria monista, como esclarece *Arnaldo Süssekind,* citando inúmeros julgados ([6]).

Mas mesmo adotando-se a *teoria monista* a atenta leitura da Convenção de nº 161, da OIT, sugere, no nosso entender, que se exija a sua regulamentação, no direito interno.

Arnaldo Süssekind esclarece: "ainda que o sistema jurídico de um Estado consagre a teoria monista, certo é que a aplicação de certas normas do trabalho ratificado, ou todas elas, pode exigir a adoção, no direito interno, de leis ou regulamentos destinados a torná-las executáveis. É que o tratado, sobretudo o que dispõe sobre direitos do cidadão, nem sempre é *self-executing.* A respeito, porém, cumpre distinguir dois tipos de atos internacionais que não são auto-executáveis:

a) *de princípios ou normas gerais,* que se dirigem aos Estados, visando a que estes regulem a correspondente questão num sentido determinado. Esse tipo de tratado, tal como ocorre em diversas convenções da OIT, não impõe diretamente às pes-

soas físicas ou jurídicas do Estado que os ratifica *obrigações de fazer ou não fazer,* "nem confere às autoridades nacionais nenhum meio para exigir sua observância, sem contar, ainda, que não prescreve *sanções* para os casos em que não é observado".

b) *promocionais,* que estabelecem apenas objetivos gerais destinados a serem alcançados pelos Estados mediante programas a médio ou longo prazo" (7).

Aduz, ainda, o jurista que, "no *Brasil,* a integração da norma internacional no direito interno ocorre, a nosso ver, no momento em que a ratificação do tratado iniciar a sua vigência, desde que ele já esteja em vigor no âmbito internacional. E a norma deverá ser imediatamente aplicada, *salvo se se tratar de preceito que dependa, para sua aplicação, de medidas complementares no âmbito nacional, que devem ser imediatamente adotadas,* (destaques nossos), ou de tratado promocional, cuja consecução se condiciona a programas e medidas que devem ser promovidas, a médio ou a longo prazo" (8).

Para a teoria dualista, as duas ordens jurídicas — internacional e nacional — são independentes e não se comisturam.

A Convenção de nº 161, da OIT, nada mais é do que o resultado da adoção de diversas *propostas* sobre os serviços médicos no trabalho que tomaram a forma de uma convenção internacional.

Estabelece princípios, muitos dos quais, de longa data, aplicados pela lei nacional, traça objetivos gerais destinados a serem alcançados pelo Brasil, como Estado Membro, mediante programas, que, à evidência, não são auto-executáveis.

O artigo 3º, itens 1 e 2, da referida convenção confirma a assertiva:

"Todo Membro se *compromete* a instituir, *progressivamente,* serviços de saúde no trabalho, para todos os trabalhadores...; as disposições adotadas *deverão ser* adequadas e corresponder aos riscos específicos que prevalecem nas empresas."

"Se os serviços de saúde no trabalho não puderem ser instituídos *imediatamente para todas as empresas,* todo Membro em questão deverá, em consulta com as organizações de empregadores mais representativas, onde elas existam, *elaborar planos que visam à instituição desses serviços."*

No artigo 6º sugere-se a adoção de *iniciativas:*

a) pela via da legislação;

b) por intermédio de convenções coletivas ou de outros acordos entre empregadores e trabalhadores interessados;

c) por todos os demais meios aprovados pela autoridade competente após consultas junto a organizações representativas de empregadores e trabalhadores interessados.

O artigo 7º da convenção, que seria o inspirador da chamada "terceirização à moda brasileira" tem que ser estudado em harmonia com o artigo 6º.

O artigo 7º da convenção, item 1, *sugere* ao estado membro, que os serviços de saúde no trabalho, à evidência, segundo os parâmetros fixados pelo artigo 6º, *podem ser organizados, conforme o caso, seja como serviços para uma só empresa seja como serviços que atendem a diversas empresas.*

A redação enseja mera sugestão, mera faculdade ao estado membro que, pela via legislativa, por convenção coletiva ou "outros acordos" entre os interessados venha a instituir ou, no caso do Brasil, *a aprimorar* serviços de saúde no trabalho.

No artigo 9º, item 3, da aludida convenção anotamos que "medidas deverão ser tomadas, *de acordo com a legislação e práticas nacionais,* para assegurar uma cooperação e uma coordenação adequadas entre os serviços de saúde no trabalho e, na medida em que for cabível, com os demais serviços envolvidos na prestação de serviços de saúde".

A "*independência profissional completa*" do pessoal prestador de serviços de saúde no trabalho, para o exercício das funções sugeridas no artigo 5º, como vem *proposto* no artigo 10º da convenção, depende de regulamentação. Os médicos do trabalho das empresas passariam a gozar da estabilidade provisória no emprego? Como ficariam os requisitos "dependência jurídica" e "subordinação" ínsitos no conceito de empregado à luz do artigo 3º da CLT?

No artigo 16, lemos que a *legislação nacional* deverá designar a autoridade ou autoridades encarregadas de supervisionar o funcionamento dos serviços de saúde no trabalho e de prestar-lhes assessoramento, uma vez instituídos.

Basta a análise de alguns dos artigos da convenção para, sem maiores dificuldades, percebermos que não se trata de convenção auto-executável.

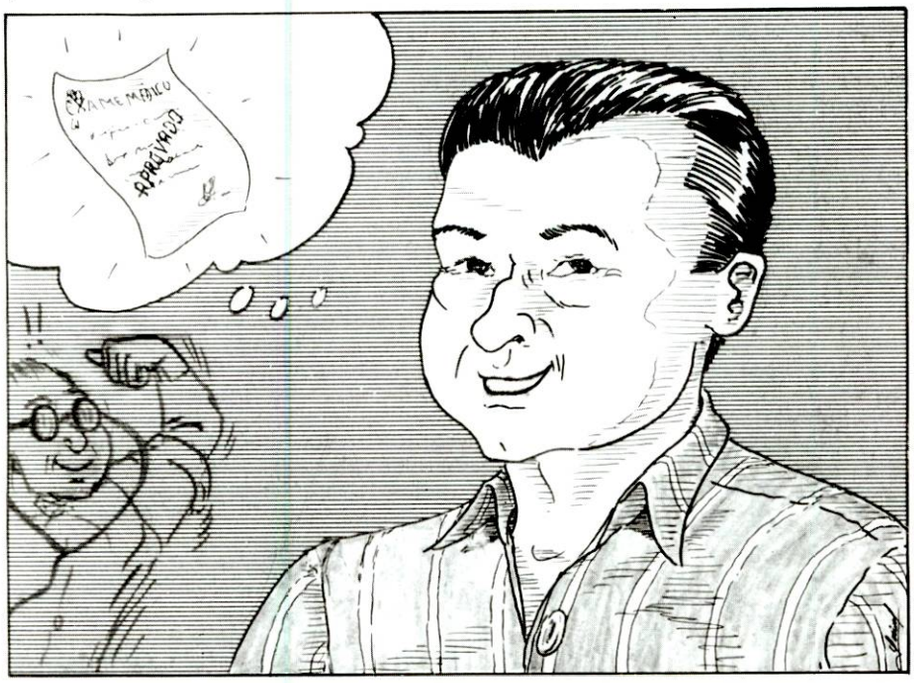
Certo que as chamadas "medidas complementares no âmbito nacional" (9) deveriam ser adotadas imediatamente pelo Brasil, mas se isto não ocorrer, como de fato inocorreu, trata-se de lei sem sanção, ou seja, de "água que não molha, de fogo que não queima". Quando muito, sujeitando o estado membro a outro tipo de sanção, a de ordem moral, como anotado pela Revista Proteção, quando de entrevista publicada com membro da OIT (10).



O que se sabe, em nível de Ministério do Trabalho, como esclarecemos, é a proposta de revisão da NR 7, de 10.2.94 que, na esteira da Convenção 191, da OIT, *"estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, em todas as empresas que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde (PCMS), com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores da empresa",* estabelecendo *"parâmetros mínimos a serem observados na execução do PCMS, podendo os mesmos serem ampliados através de acordo ou convenção coletiva de trabalho".*

Conclui-se, de todo o exposto, quanto ao assunto ora abordado, que a Convenção 161 da OIT não revogou a Norma Regulamentadora de nº 4, da Portaria 3.214/78 que, assim, apesar das imperfeições supra-anotadas, continua em plena vigência.

As empresas continuam obrigadas a manter, *como empregados*, os profissionais integrantes dos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, como de modo imperativo, cogente, determina o item 4.4.1, da NR 4, salvo nos casos previstos nos itens 4.14 e 4.15 já examinados, sujeitando-se às penalidades administrativas previstas na NR 28, notadamente o item 28.5.5: *"A aplicação da multa não exime a empresa da responsabilidade penal, porventura cabível, nem da obrigação de sanar as irregularidades encontradas"*, além da responsabilidade civil e trabalhista.



Para a teoria monista não há independência, mas interdependência entre a ordem jurídica internacional e a nacional, razão por que a ratificação do tratado por um Estado importa na incorporação automática de suas normas à respectiva legislação interna.

Mas, a realidade está a demonstrar o contrário. No afã de tentar eliminar a legislação trabalhista e os ônus impostos ao empregador, procura-se utilizar este tipo de contrato para toda e qualquer atividade através da chamada "intermediação de mão-de-obra, o que motivou enérgica resposta por parte da Justiça do Trabalho, como se constata no Enunciado de nº 256, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho:

"Salvo os casos de trabalho temporário e do serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 3.1.74, e 7.102, de 20.6.83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços".

O Recurso de Revista de nº 3.442/84, que gerou o Enunciado 256, esclarece que "quaisquer atos praticados com o objetivo de desvirtuar ou impedir a aplicação de preceitos consolidados são nulos. ... A possibilidade de o tomador dos serviços não assumir diretamente os ônus trabalhistas, valendo-se para tanto do contrato de natureza civil, só poderá ser permitida excepcionalmente, em caso de *serviço transitório* e não vinculado *à atividade normal da tomadora."* Assim não sendo, "a relação jurídica mantida entre a locadora dos serviços e o contratado com as características de arrendamento, locação ou aluguel da força de trabalho reveste-se da ilicitude, pois os homens não podem ser objeto — ainda que velado — deste tipo de contrato, mas somente as coisas".

De se destacar o decidido no Recurso de Revista de nº 10.879/90.3 da 2ª Turma do TST:

Afirmou-se naquele julgado "não ser possível desenvolver atividades essenciais aos objetivos de uma entidade, sejam atividades-fim ou atividades-meio, senão através de servidores seus, salvo previsão legal. Delegar a realização das tarefas vinculadas a estas atividades a terceiros, quer haja assumido a locação de mão-de-obra ou mediante contratos com as atualmente denominadas empresas prestadoras de serviços, caracteriza desvirtuamento dos preceitos da legislação trabalhista (artigo 9º da CLT), sendo que a relação de emprego se dá com quem usufrui da força de trabalho do empregado...".

A violação por parte das empresas enquadradas no Quadro II, anexo à NR 4, "terceirizando" os serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho constitui, no nosso entender, fraude à lei, com incidência do artigo 9º da CLT. O desvio de atividade faz incidir também o disposto no artigo 468 da CLT.

Como, em obediência ao item 4.5, poderão as empresas enquadradas no Quadro II, do anexo da NR 4, *estender a assistência de seus serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho aos empregados da(s) contratada(s), sempre que o número de empregados desta(s), exercendo atividade naqueles estabelecimentos, não alcançar os limites previstos no Quadro II,* "terceirizando" tais serviços?

Como atingir a *mens legis* da Norma Regulamentadora (NR 4), notadamente o item 4.5, foco de enorme quantidade de acidentes do trabalho com empregados de empreiteiras ou de prestadores de serviços, ou seja, a proteção ao "ambiente de trabalho" com elementos estranhos aos seus quadros que ignoram o meio ambiente do trabalho cujos serviços de saúde pretendem executar?

Como, efetivamente, atingir em sua plena eficácia o cumprimento das atividades de médico do trabalho, inerentes ao princípios da *continuidade, um dos pilares do Direito do Trabalho,* senão com profissionais empregados da própria empresa criadora dos riscos laborais?

Nem mesmo o Enunciado nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho, altera o posicionamento aqui adotado. Este enunciado revisou o de nº 256:

I — A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei 6.019, de 3.1.74).

II — A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com órgãos da Administração Pública, Direta, Indireta ou Fundacional (artigo 37, II, da Constituição da República).

III — Não forma vínculo de emprego com tomador, a contratação de serviços de vigilância (Lei 7.102, de 20.6.83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV — O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do em-

pregador, implica responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial (DJU, 21.12.93, p. 28.358, Seção I).

Na prática, nada impede que organizem os serviços de saúde, *cumulativamente,* "por qualquer combinação das possibilidades elencadas no artigo 7º, da Convenção". Aqui se aplica o vetusto adágio latino: *quod abundat non nocet*, ou seja, o que é demais não prejudica.

Nesse caso, *sempre é bom lembrar*, o responsável primário por qualquer ato lesivo, doloso ou culposo aos trabalhadores da empresa, na esfera civil, será o empregador, nos termos do artigo 1.521, III, e se, tiver mais de um autor, a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação do dano causado, nos termos do artigo 1.518, todos do Código Civil Brasileiro.

Quer isto dizer que, na esfera civil, se o profissional contratado pela empresa não exercer as suas atividades, como médico do trabalho, mas como verdadeiro "testa de ferro" da real prestadora de serviço de saúde no trabalho, e ocorrerem danos à saúde, à integridade física dos empregados, dos empregados das empreiteiras, prestadoras de serviços, de trabalho temporário etc., por má escolha da "terceirizada" ou por ausência de vigilância por parte, quer da empresa contratante, quer do profissional do SESMT, no cumprimento do contrato celebrado com a "terceirizada", todos responderão solidariamente pela reparação do dano causado às vítimas, além das sanções penais a que poderão se sujeitar, caso incidam nos crimes tipificados no Código Penal Brasileiro, além da contravenção penal, prevista no artigo 19, parágrafo 2º, da Lei 8.213/91.

A atribuição do médico do trabalho é nitidamente preventiva. A seguir, elencamos suas obrigações previstas na NR 7, da Portaria 3.214/78, ora vigente:

a) exame médico admissional, periódico e demissional (item 7.1) compreendendo a investigação clínica (item 7.1.2), devendo constar a anamnese clínica profissional e exame de aptidão física e mental (item 7.1.2.1);

b) a investigação clínica deve ser feita pelo médico do trabalho, nas empresas obrigadas a manter este serviço (item 7.4.1);

c) no caso de não ser obrigada a manter SESMT, a investigação clínica deve ser feita, por médico do trabalho, preferencialmente, ficando a critério da empresa a escolha do médico de outra especialidade (item 7.4.1.1.);

d) o médico do trabalho que realizou os exames deverá emitir o Atestado de Saúde Ocupacional que deverá ficar arquivado junto à ficha de registro do empregado, no Setor de Pessoal da empresa, para fins de fiscalização (item 7.1.5.2);

e) deverá conter o Atestado de Saúde Ocupacional, no mínimo, o nome do empregado, o resultado da abreugrafia e/ou telerradiografia e de outros exames complementares, com a respectiva data de realização, a especificação de apto ou inapto para a função que vai exercer ou está exercendo, o que implica que, no caso de empregado em experiência, deverão ser realizados exames não apenas por ocasião do admissional, mas também antes do término do contrato de experiência para verificar se o empregado está apto para o exercício da atividade em caráter permanente, além da data, assinatura e carimbo contendo nome e número da inscrição no CRM (item 7.1.5.3);

f) realizar exame médico do empregado, por ocasião da cessação do contrato de trabalho, nas atividades e operações constantes da NR 15, desde que o último exame tenha sido realizado há mais de 90 dias, respeitado o prazo de renovação do exame radiológico (item 7.2);

g) fornecer Atestado de Saúde Ocupacional, por ocasião da demissão, nas condições do item 7.2 (item 7.2.1);

h) renovar o exame médico, quanto à investigação clínica, de seis em seis meses ou até menos, segundo critério do médico do trabalho, para os que trabalham nas atividades e operações insalubres constantes da NR 15, e anualmente, nas demais atividades; quanto à investigação radiológica, anualmente quanto à telerradiografia do tórax, nos casos previstos no subitem 7.1.2.2, de dois em dois anos, no caso da abreugrafia, devendo constar do laudo a data de sua realização (item 7.1.3);

i) registrar os dados obtidos dos exames clínicos e complementares em uma ficha clínica individual, que ficará sob a responsabilidade do SESMT (item 7.1.5), salvo nas hipóteses em que estiver desobrigada, a empresa, de manter SESMT, quando a ficha clínica será arquivada no serviço médico que realizou o exame (item 7.1.5.1);

j) comunicar ao empregador o resultado do exame médico demissional quando se diagnosticar doença profissional ou do trabalho, ou dela se suspeitar, para que a empresa, por seus prepostos que designar, possa encaminhar o empregado imediatamente ao INSS, para os devidos fins;

k) tomar sempre a cautela de fazer todas as comunicações aos superiores hierárquicos, por escrito, informando das alterações encontradas, da suspeita de doenças detectadas, da necessidade de mudança de atividade, guardando em lugar seguro as cópias dos resultados dos exames realizados nos *trabalhadores*, resguardando-se de posteriores acusações de omissão, negligência, relapsia;

l) realizar exame médico admissional, periódico e demissional, em caso de níveis de ruído superiores aos limites previstos, com teste audiométrico tonal, pelo menos, para as freqüências de 500, 1.000, 2.000 e 4.000 hz (Hertz), com observação da indicação de dano à saúde do empregado, a constatação de perda em grau médio para um ouvido (8%) ou em grau mínimo para ambos os ouvidos (9%), de acordo com os critérios de Fowler (itens 7.3.1 e 7.3.1.1).

A Súmula de nº 44 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça entende que:

"A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário.

Irrelevante, para o médico do trabalho, posicionamento contrário do INSS. É que a relação constante dos Anexos do Regulamento da Lei 8.213/91, na parte atinente ao Seguro Acidentário do Trabalho, é *enumerativa* e não *exaustiva. Pensar o contrário, seria admitir que ali estivessem catalogadas todas as hipóteses médicas possíveis de acontecer ou de decorrer de um acidente. Que a ciência, a medicina, parassem no tempo"* (11).

Ao médico do trabalho compete diagnosticar a doença e providenciar o encaminhamento do obreiro ao INSS. Havendo recusa, por parte da autarquia, na concessão de benefícios e auxílios, previstos na Lei 8.213/91, quer por não reconhecer a doença, quer por negar-lhe nexo causal, compete ao laborista ingressar, pela via judicial, com a respectiva ação de prestação de benefícios acidentários, na Justiça Estadual, competente para tais litígios. O médico do trabalho cumpriu com a sua obrigação legal, sabedor de que o mal auditivo é de evolução lenta, paulatina, progressiva e irreversível. Assim, estará resguardado, evitando problemas futuros, nas esferas civil, penal, trabalhista e previdenciária;

m) determinar a realização de exames complementares, em caráter obrigatório, nas operações com radiações ionizantes (item 7.3.2); aos expostos às condições hiperbáricas (item 7.3.3); aos que manipulam hormônios sexuais e/ou produtos contendo tais produtos (item 7.3.4);

n) determinar a realização de quaisquer outros exames comple-

Contribuição social sobre pró-labore ainda gera controvérsia

Gerson Marques da Silva Jr. *

Atualmente os tribunais regionais federais, ao apreciarem a questão acerca da legalidade da cobrança da contribuição social sobre o pró-labore, têm adotado posicionamento contrário à pretensão dos contribuintes, sendo que o assunto ainda é polêmico, a despeito disso.

A controvérsia teve início com a exigência da contribuição sobre a folha de salários à alíquota de 20%, sobre o total da remuneração paga a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados, avulsos, autônomos e administradores.

Ocorre que a Constituição de 1988 possibilita, em seu artigo 195, I, a exigência das seguintes contribuições sociais dos empregadores: sobre o lucro; sobre a folha de salário e sobre o faturamento.

Outras fontes de custeio da seguridade social podem ser criadas, segundo o parágrafo 4º do mesmo artigo 195 da Constituição, desde que seja obedecido o disposto no artigo 154, I da mesma, ou seja, seja obedecido o rito de lei complementar, e que a nova contribuição não tenha fato gerador ou base de cálculo idêntica aos impostos previstos na Constituição.

Segundo os contribuintes, o pró-labore, pago aos administradores das empresas, não é salário, pois não há vínculo empregatício entre eles.

Os tribunais regionais federais, ao julgar o assunto em grau de recurso, têm posicionamento contrário à pretensão dos contribuintes, como se verifica dos precedentes abaixo:

I - TRF — 1ª REGIÃO:

"Ementa: 1 - A expressão "folha de salários" mencionada no inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988, não se restringe aos salários pagos como contraprestação pelo trabalho com vínculo empregatício, estendendo-se a todos os pagamentos feitos pela empresa a serviços prestados por terceiros, autônomos e à remuneração "pro labore" pagos a seus sócios e diretores" (AMS nº 92.01.24994-2, DJU de 11.02.93, pág. 3304 — TRF — 1ª Região/DF).

II - TRF — 3ª REGIÃO:

"Ementa: É regular a cobrança da contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração paga aos administradores de empresas, pois a expressão salário foi tomada por seu sentido amplo pelo constituinte, uma vez que não só os empregados, mas todos os que trabalham são filiados obrigatórios da previdência." (AMS nº 92.03.54937-4, DOE 02.08.93, pág. 178 — TRF — 3ª Região/SP).

III - TRF — 4ª REGIÃO:

"Ementa: 1 - Não é possível conceder à palavra "salário" referida no art. 195, inciso I da Constituição Federal, entendimento técnico, pois se trata de dispositivo constitucional que, por sua característica política, escapa aos conceitos pertencentes ao tecnicismo jurídico.

2 - Folha de salários significa folha de pagamento, pelo empregador, ou pela empresa, de qualquer remuneração por serviços a que lhe sejam prestados, inclusive a título de "pro-labore". (AI na AC nº 91.04.9223-6, DJU de 29/04/92, TRF — 4ª Região/RS).

IV - TRF — 5ª REGIÃO:

"Ementa: A expressão "folha de salários" no art. 195, I, do Texto Constitucional, abrange não só os salários dos empregados, mas sim toda e qualquer quantia paga pela empresa aos seus prestadores de serviços, bem como as parcelas financeiras pagas aos seus administradores." (AC nº 27.915 — DJU 19.11.93, pág. 49739 — TRF — 5ª Região/PE).

Com este entendimento, não haveria necessidade de edição de lei complementar, pois não se trata de nova modalidade de contribuição, mas sim de exação prevista na Carta Magna, sendo suficiente para regulamentá-la, a edição de lei ordinária.

Embora essas decisões não sejam definitivas, pois são passíveis de recursos ao STJ e STF, certamente dificultarão o êxito dos contribuintes nas ações judiciais, obstando, também, a apresentação de recursos por divergência jurisprudencial entre tribunais.

Entretanto, cumpre-nos salientar, que existem possibilidades, embora remotas, de os tribunais superiores modificarem o entendimento atual, pois ainda não analisaram essa matéria.

Atualmente, vem sendo discutida, também, a exigência da contribuição sobre folha de salários das quantias retiradas pelos sócios das empresas a título de distribuição de lucros.

Em relação à distribuição de lucros, existe a tributação pelo Imposto de Renda, bem como a contribuição social prevista no artigo 1º, da Lei 7689/88. Admitir-se, também, a exigência da contribuição sobre folha de salários em relação a esses valores constituiria uma dupla incidência sobre uma mesma base de cálculo, o que é inconstitucional.

Como a matéria é nova, existem decisões sobre esse aspecto da contribuição sobre folha de salários, somente, em primeira instância judicial, e são favoráveis aos contribuintes.

No AMS 91.0689378-3, o juiz da 7ª Vara da Federal em São Paulo concluindo que há irregularidade na pretensão do fisco "ao fazer incidir a contribuição social sobre o lucro de sócios, como se verba dessa natureza pudesse integrar a expressão folha de salários em sua exegese ampla — quando evidentemente não se cogitar de remuneração, nem são os sócios equiparáveis a diretores, administradores, autônomos ou avulsos" ("in" sentença proferida no AMS citado).

O juiz da 21ª Vara Federal em São Paulo, Sergio Lazzarini, proferiu decisão semelhante no MS 89.0039307-3, na qual se destaca:

"Como já incide imposto de renda sobre ganhos efetivos dos administradores de sociedades civis, notadamente sociedades de advogados como é o caso (DL nº 2.397/87), bem assim a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro, na mesma forma apurado (Lei nº 7.689/88) a determinação administrativa baixada por circular e telex pela autoridade impetrada é manifestamente ilegal e inconstitucional já que, travestindo incidência sobre a folha de salários, acabou por criar outra cobrança sobre o lucro determinado aos sócios".

Verifica-se, pois, que o fisco continua ampliando o conceito de folha de salários, para fins de incidência de contribuição social, o que não pode ser aceito pacificamente pelos contribuintes, que têm boas possibilidades de êxito na discussão.

*Advogado

mentares, em decorrência de investigação clínica e/ou radiológica, em atividades outras, não especificadas na NR 7, notadamente em atividades que exijam movimentos repetitivos para a exata verificação de aptidão física com o objetivo de evitar a eclosão das LER ou os respectivos agravamentos (item 7.3.4., letra "e");

o) determinar a imediata cessação da exposição do empregado a agentes geradores de absorção de poeiras hormonais (item 7.3.4.2.);

p) realizar controle biológico de agentes químicos, constantes do Anexo II, por ocasião do exame periódico (item 7.3.5) e para os não enquadrados, a critério médico e sempre que houver possibilidade de controle biológico desses agentes, este exame deverá ser realizado de acordo com o potencial tóxico de cada substância (item 7.3.5.1);

q) afastar, imediatamente, do contacto do respectivo agente, quando o limite de tolerância biológica for ultrapassado, como previsto no item 7.3.5.2.

Na Lei 8.213/93, que cuida também de matéria acidentária do trabalho, compete ao médico do trabalho, da própria empresa ou do convênio, realizar exame médico e o abono das faltas correspondentes aos primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, somente devendo a empresa encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar os 15 dias (artigo 60, parágrafo 4º).

A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990) incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de saúde do trabalhador, entendendo-se como tal "um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho", abrangendo, dentre outros, a "informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidente do trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional". (12).

Com fundamento no artigo 17 da Lei 8.080/90 foi atribuída à *direção estadual* do Sistema Único de Saúde, dentre outras, a função de estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde (inciso XI).

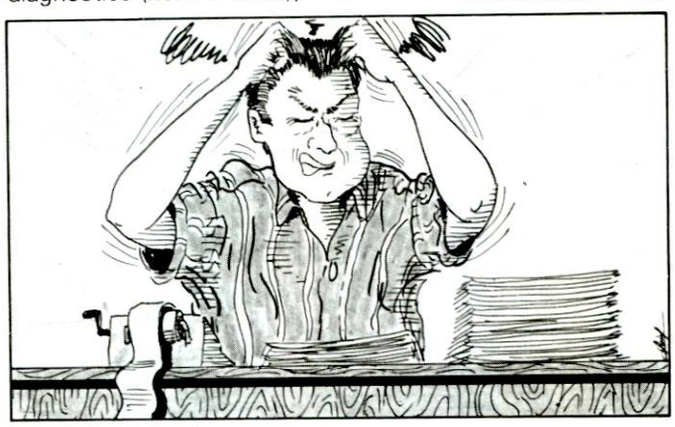
Com base neste dispositivo legal, o secretário da Saúde do Estado de São Paulo fez publicar a Resolução SS-197, de 8.6.92, aprovando norma técnica que dispõe sobre o estabelecimento de critérios de diagnóstico, dos estados evolutivos, dos procedimentos técnico-administrativos e da prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos (LER).

De se destacar, para os médicos do trabalho, alguns tópicos da aludida resolução:

1) Aspectos Previdenciários e Acidentários. Emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT). "Todos os casos de afecções neuromúsculo-tendinosinoviais adquiridas ou desencadeadas em função das condições especiais em que o trabalho é realizado, caracterizadas genericamente como LER, devem ser objetos de emissão de CAT pelo empregador ou por pessoa ou órgão competente, nos termos do artigo 22 da Lei 8.213/91, até o primeiro dia útil após:

a) a data do início da incapacidade (o primeiro dia útil do afastamento do trabalho); ou

b) a data em que foi realizado o diagnóstico (itens 4 e 4.1);



2) cabe ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da empresa informar ao empregador e à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) a ocorrência dos casos de LER, ainda que nas formas iniciais da doença, com indicação das condições de trabalho, responsáveis pela ocorrência da afecção (item 5.5);

3) cabe à Cipa e ao SESMT a investigação das causas da LER, a indicação ao empregador das medidas corretivas e acompanhamento da execução das mesmas e, se necessário, proposição de estudo ergonômico para análise do trabalho (item 5.6);

4) conduta dos médicos da empresa, do SUS, do médico assistente e demais profissionais de saúde (item 6):

a) determinar a emissão de CAT por doença do trabalho, mesmo nos casos iniciais;

b) fornecer à perícia de acidente do trabalho do INSS ou aos órgãos designados do SUS os elementos necessários para caracterização de LER, constantes do item 4.5.1 desta norma;

c) empenhar-se para evitar que os casos iniciais de LER, com prognóstico favorável, evoluam para o agravamento, a cronicidade e a incapacidade definitiva;

d) informar o portador da LER sobre a natureza da afecção, suas causas ocupacionais, orientando-o sobre o tratamento e os riscos de agravamento da incapacidade pelo retorno à atividade geradora de LER e colaborando, dentro de suas possibilidades, para evitar estados de ansiedade ou atitudes de descrença com relação ao tratamento;

e) entregar os resultados de exames, originais ou cópias, ao portador de LER;

f) assegurar que o portador da LER não retorne ao trabalho com manifestações inflamatórias ainda presentes, garantindo período de afastamento suficientemente prolongado para remissão completa do quadro, evitando terapias sintomáticas breves e insuficientes e alta precoce;

g) encaminhar o portador de LER para tratamento especializado, zelando pela adoção de medidas terapêuticas criteriosas e adequadas;

h) empenhar-se para que o empregado, voltando ao trabalho, após alta do tratamento, não retorne às mesmas condições laborativas que deram origem ao quadro de LER, recolocando-o em atividade compatível com seu estado físico, encaminhando-o para a reabilitação profissional, quando o caso requerer (itens 6.1 a 6.8).

Com esta gama de atribuições não são necessários "longos latins" para se aquilatar da importância dos profissionais que procuram preservar o maior patrimônio nacional, qual seja, o Homem.

(1) — cf. LTr, Vol. 55, nº 7, julho 1991, p. 874/877.
(2) — cf. Amauri Mascaro Nascimento, Curso de Direito do Trabalho, Saraiva, 4ª edição, 1986, p. 68.
(3) — cf. Arnaldo Süssekind, "Direito Internacional do Trabalho", 2ª ed., Ed. LTr, p. 66.
(4) — cf. obra citada, p. 69.
(5) — cf. artigos 104, III, "a".
(6) — cf. mesma obra, p. 73.
(7) — cf. obra citada, pp. 67/68.
(8) — cf. mesma obra, p. 72.
(9) — cf. Arnaldo Süssekind, obra citada, p. 72.
(10) — cf. Revista "Proteção" nº 12, Vol. 3, junho/agosto de 1991, págs. 80/89.
(11) — cf. Recurso Especial nº 32.434-1 - RJ, 5ª Turma do STJ, DOU de 03.05.93.
(12) — cf. artigo 6º, inciso I, letra "b", parágrafo 3º e inciso V.

**Advogado*

Repasse a Holambra será 2,11% maior

Enquanto os municípios de Campinas, Valinhos, Jaguariúna, Sumaré, Paulínia e Hortolândia sofrem com a queda de arrecadação orçamentária, e cogitam cortes no orçamento, Holambra não tem de que reclamar. O município, que vive basicamente da atividade agrícola, teve seu índice elevado de 0,033% para 0,034%, uma diferença de 2,11% no repasse final.

Para o prefeito da cidade, Celso Capato, a alteração do índice foi uma surpresa. Ele ainda não fez os cáculos de quanto isso representará em aumento real de recursos. O Prefeito afirmou que pretende investir a maior parte do dinheiro a mais que será repassado pela Secretaria da Fazenda na recuperação e abertura de estradas vicinais, que servem para escoamento da produção agrícola. Parte dos recursos, disse, vai investir em áreas básicas como saúde e educação.

(MO)

Arquivo



Holambra, município agrícola e maior produtor de flores do País, receberá 2,11% a mais

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/94

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 7º DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal.

Artigo 1º - O Artigo 7º do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:-

"Artigo 7º - A Câmara Municipal de Holambra, editará o seu Regimento Interno no prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Lei Orgânica".

Artigo 2º - Esta Emenda entrá em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 24 de fevereiro de 1994.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
2º Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

Diverso.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
Campinas, 18 de Fevereiro de 1.994
OFICIO No. CPA/I-2-09933 /94
Do Cmt CPA/I-2
Ao Exmo. Sr. Andreas Adrianus Antonius Gratt
DD Vereador da Camara Municipal de Holambra
Anexo: 1) Quadro de Mapa Diário de Inscrição Efetivada;
2) Canção da Policia Militar;
3) Instruções e Pré-requisitos para inscrição.

PROTOCOLO
N.o de Ordem 795
Fls. N.o 07 Livro N.o 01
Data 03/03/94
SECRETARIA

1. Em aditamento ao Oficio NºCPAI2-077/33/94 de 11Fev94, comunico a V.Exa. que encontram-se abertas as inscrições para o Concurso à Escola de Formação de Soldados do Comando de Policiamento de Area da Região de Campinas.

2. Serão alistados inicialmente, 500 Soldados devido a capacidade formadora da Escola e o Concurso, com validade para 2 anos, visa aprovar 1000 candidatos, que corresponde ao total de vagas existentes hoje, em 22 municipios que constituem a região, e nestes dois anos poderão surgir outras, devido a passagem para a inatividade e outros afastamentos definitivos.

3. Esclarecemos que pelos parâmetros adotados pela Policia Militar, calcado na população existente, área urbanizada, o número e natureza de ocorrências, esse município, além dos Policiais existentes deverá receber mais 04 Soldados, e para que isso ocorra, há necessidade de mobilizar o mínimo de 40 candidatos, pois a prática e os critérios de seleção já demonstraram que apenas 10% conseguem aprovação.

4. Pelos motivos expostos solicito o empenho, para que o maior número de candidatos, aprovados sejam residentes nessa cidade, pois além de preencherem as vagas do município, permitirão a substituição daqueles, que não tem vinculo com o mesmo, para tanto seguem anexo as instruções e pré-requisitos para a inscrição, bem como um quadro anexo onde se verifica posição de cada municipio no alistamento.

5. O número de aprovação do município poderá exceder as vagas respectivas e, por critério de notas, os aprovados aguardarão em localidades, as mais próximas possíveis, a oportunidade de voltarem as cidades de origem.

6. Solicito também que, seja facilitado o transporte dos interessados até os locais de inscrições e concurso, constantes do anexo, bem como haja colaboração na divulgação pela imprensa, no balcão de empregos, escolas e emissoras de rádio.

7. Esclareço o V.Exa que de acordo com a Constituição da Republica Federativa do Brasil, hoje o Soldado PM e um eleitor, desde 1988.

8. Este Cmt em ato solene agraciará as autoridades representativas dos municipios que mais candidatos apresentarem para as inscrições em andamento.

1

9. Vale lembrar os benefícios indiretos oferecidos ao Soldado PM e seus familiares , tais como: assistência médica hospitalar, através do Centro Médico da Polícia Militar; assistência odontológica, jurídica, associativa, religiosa, e psicológica ao Soldado PM, bem como, assistência médica odontológica extensiva aos familiares, através do Hospital da Cruz Azul, um dos maiores e melhores hospitais do Brasil.

10. Aproveito para, antecipadamente, agradecer a coloboração e reiterar a V.Exa. os protestos de estima e consideração.

ORLANDO AURELIO SANTOS
CEL PM Cmt

CANÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Letra: Guilherme de Almeida
Música: Mj. Maestro PM Alcides Jacomo Degobbi

Sentido! Frente, ordinário, marchai
Feijó conclama, Tobias manda,
E, na distância, desfile a marcha
— Nova cruzada, nova demanda,
Um só por todos, todos por um
Dos cento a trinta de trinta a um!

Legião de idealistas
Feijó e Tobias
Legaram-na aos seus,
tornando-os vigias
Da lei, e Paulistas!
"Por mercê de Deus"!

Ei-lo que parte! Na paz, na guerra
— Brasil Império, Brasil República
Seus passos deixam, fundo na terra
Rastros e raízes: é a Força Pública
Multiplicando por mil e um!
Os cento e trinta de trinta a um!"

Legião de idealistas, etc.
Missão cumprida em Campo das Palmas:
Laguna, Heroísmo na "Retirada"!
Glória em Canudos: e, de armas e almas,
Ao nosso Julho de Clarinada
sob as arcadas vêm um a um
Os cento a trinta de trinta a um!

Legião de idealistas, etc.

POLÍCIA MILITAR
SÃO PAULO

MAPA DIÁRIO DE INSCRIÇÕES EFETIVADAS

PERÍODO 16/02 a 18/03 EDITAL 10/24

DIAS.....

LOCAIS DE INSCRIÇÕES	16	17	18	19	20	21		TOTAL
CAMPINAS	11	29	29	02	00			71
INDAIATUBA	01	03	01	-	-			05
AMERICANA	00	03	09	-	-			12
ARTUR NOGUEIRA	00	00	00	-	-			00
ITAPIRA	00	02	01	-	-			03
JAGUARIUNA	00	01	00	-	-			01
MOGI-GUAÇU	00	05	02	-	-			07
MOGI-MIRIM	00	01	01	-	-			02
NOVA ODESSA	00	01	01	-	-			02
PEDREIRA	00	01	01	-	-			02
S.B. D'OESTE	00	02	02	-	-			04
S. A. DE POSSE	00	01	00	-	-			01
HORTOLÂNDIA	00	01	02	-	-			03
VALINHOS	00	03	01	-	-			04
VINHEDO	00	00	00	-	-			00
ESTIVA GERBI	00	00	01	-	-			01
HOLAMBRA	00	00	00	-	-			00
MONTE MOR	00	00	01	-	-			01
PAULINIA	00	00	00	-	-			00
SUMARE	00	00	05	-	-			05
ENG. COELHO	00	00	00	-	-			00
COSMÓPOLIS	00	00	00	-	-			00

TOTAL: 124

wbw/

GABINETE DE INSTRUÇÃO

MAPA DIARIO DE INSCRIÇÕES EFETIVADAS

PERÍODO 16/02 a 18/03 EDITAL 10/94

DIAS.....

LOCAIS DE INSCRIÇÕES	Fev 16	fev 17	Fev 18	Fev 19	Fev 20	Fev 21	Fev 22	Fev 23	Fev 24	Fev 25	Fev 26	TOTAL
CAMPINAS	11	29	29	02	00	78	100	103	80	47	02	481
INDAIATUBA	01	03	01	-	-	01	04	02	05	01	-	18
AMERICANA	00	03	09	-	-	32	26	24	19	22	-	135
ARTUR NOGUEIRA	00	00	00	-	-	02	02	02	01	01	-	08
ITAPIRA	00	02	01	-	-	00	04	01	00	01	-	09
JAGUARIUNA	00	01	00	-	-	00	01	00	00	00	-	02
MOGI-GUAÇU	00	05	02	-	-	15	09	11	05	09	-	56
MOGI-MIRIM	00	01	01	-	-	15	05	02	09	02	-	35
NOVA ODESSA	00	01	01	-	-	03	03	01	01	00	-	10
PEDREIRA	00	01	01	-	-	01	03	00	00	02	-	08
S.B. D'OESTE	00	02	02	-	-	07	08	04	04	02	-	29
S. A. DE POSSE	00	01	00	-	-	00	01	01	00	00	-	03
HORTOLÂNDIA	00	01	02	-	-	04	03	00	02	05	-	17
VALINHOS	00	03	01	-	-	00	01	02	02	00	-	09
VINHEDO	00	00	00	-	-	03	00	00	02	00	-	05
ESTIVA GERBI	00	00	01	-	-	00	00	01	00	00	-	02
HOLAMBRA	00	00	00	-	-	00	00	04	00	00	-	04
MONTE MOR	00	00	01	-	-	00	00	01	00	00	-	02
PAULINIA	00	00	00	-	-	04	08	03	01	04	-	20
SUMARE	00	00	05	-	-	11	07	08	09	03	-	43
ENG. COELHO	00	00	00	-	-	00	00	00	00	00	-	00
COSMÓPOLIS	00	00	00	-	-	02	02	01	04	03	-	12

TOTAL: 908

wbm/

GABINETE DE INSTRUÇÃO

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO

Campinas, 11 de fevereiro de 1.994

OFÍCIO Nº CPA12-077/33/94

Do Cmt Pol Área Int - Dois

Ao Vereador Andreas Adrianus Antonius Graat

Câmara Municipal de Holambra

Assunto: Concurso público - sobre

Artigo 144 da Constituição Federal:

"A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos."

O Comando de Policiamento de Área da Região de Campinas, conta com o indispensável apoio de V Exa no sentido de empreender todos os meios ao alcance, para arregimentar o maior número possível de jovens a candidatar-se no concurso para ingresso na Polícia Militar.

As inscrições estarão abertas em todas as Unidades Policiais Militares sediadas nas cidades da região, a partir de 18 de fevereiro de 1.994, visando preencher cerca de 1.000 vagas disponíveis.

Oportunamente lembramos que após o exame seletivo, os aprovados serão submetidos a uma instrução e treinamento especial no Quartel em Campinas, depois desse período, serão aquinhoados entre os municípios da área, e deverão servir a comunidade de onde originariamente procedem.

Como incentivo, cada município estará concorrendo para receber da parte deste Comando de Área, o título de "Mérito Colaborador da Polícia Militar da Região de Campinas."

ORLANDO AURÉLIO SANTOS
Cel PM - Cmt do CPAI-2

smp/olc

PROTOCOLO
N.o de Ordem 796
Fls. N.o 27 Livro N.o 01
Data 03/03/94
SECRETARIA

C-35 — 700.000 — Ago93

Ficha de Inscrição

Nome

Cargo Entidade

Endereço CEP

Fone Cidade Estado

Acompanhante (Esposa/o)

Prefeitos
Compreendendo prefeitos, vice-prefeitos, técnicos e acompanhantes, sem limite do número de participantes.
Até 28/02 CR$ 250.000,00
Após esta data CR$ 300.000,00

Câmaras Municipais
Compreendendo vereadores, técnicos e acompanhantes, sem limite do número de acompanhantes.
Até 28/02 CR$ 250.000,00
Após esta data CR$ 300.000,00

Inscrição Individual: CR$ 25.000,00

EXPOSIÇÃO PARALELA
Haverá a costumeira exposição de produtos e/ou serviços que o mercado oferece e de interesse dos Municípios.
Caso o companheiro queira mostrar experiências e/ou produtos do seu Município, contatar-nos imediatamente para a locação de estandes.
Outras informações poderão ser obtidas com Dra. Dalva pelos telefones (011) 284.9496 e 289.8304.

Contamos com sua valiosa participação.
Saudações Municipalistas.

Relação de Hotéis bloqueados

SERRA NEGRA

	Coração de Jesus	(0192) 92.1548
	Pousada da Serra	(0192) 92.3651
	Kirmayr	(0192) 92.2440
	Gurupiá	(0192) 92.3751
	Pousada Casarão	(0192) 92.3332
	Estância Veraneio	(0192) 41.8522
	Vitória Marchi	(0192) 92.1516
	Palace	(0192) 92.1702
★★★	São Matheus	(0192) 92.2023
★★★	Vale do Sol	(011) 257.3955
★★★	Big Valley	(0192) 92.2749
★★★	Chalés Akrópoles	(0192) 92.3972 / 92.3263
★★★	Shelton	(0192) 92.1552
★★★	Auto Tour	(0192) 92.2011
★★★★	Grande Hotel	(0192) 77.9077 / (0192) 77.9066 / (011) 967.0588
★★★★	Rádio	(0192) 92.3311 / (011) 285.4611

ÁGUAS DE LINDÓIA

★★	Plaza	(0192) 94.1411
★★	Opala	(0192) 94.1112
★★★	Grande Hotel do Lago	(0192) 94.1421 / (011) 285.4503
★★★	Mantovani	(0192) 94.1911
★★★	Fredy	(0192) 94.1504 / 94.1822
★★★	Grande Hotel Panorama	0800 11.8341
★★★	Recanto Paraíso	0800 11.8341
★★★	Casablanca	(0192) 94.1671
★★★	Hotel das Fontes	(0192) 94.1511
★★★	Hotel Fazenda M-1	(0192) 94.1873
★★★★	Guarany Country	(011) 34.0050 / 36.9602
★★★★	Majestic	(011) 262.2955

HOLAMBRA
13825

Associação Paulista de Municípios

"45 anos a serviço dos Municípios"

38º CONGRESSO PAULISTA DE MUNICÍPIOS.

"O Encontro Municipalista mais Importante do País"

CONVITE

Convidamos prefeitos(as), vice prefeitos(as), vereadores(as), ex-ocupantes desses cargos eletivos, primeiras damas, presidentes de Fundos Sociais Municipais, esposas de vice-prefeitos e vereadores, secretários, diretores, técnicos e funcionários do Executivo e do Legislativo e os MUNICIPALISTAS, para participarem do 38º CONGRESO PAULISTA DE MUNICÍPIOS, no Centro de Convenções de Serra Negra - SP, no período de 16 a 20 de março de 1994.

Wilson José
Presidente

"Agricultura e a Indústria como fatores de sobrevivência dos Municípios" e "Regiões Metropolitanas"

Programação:

DIA 16 - 4ª FEIRA
10:00 H - *AUDITÓRIO 2* - Reunião da Diretoria da APM
12:00 H - SECRETARIA - Credenciamento e entrega de material
14:30 H - *AUDITÓRIO 2* - Reunião de Coordenadores
16:00 H - **Dr. Roni Guazi Rezende**
Diretor Presidente da Andrade & Campos.
19:00 H - Praça Fronteiriça à Entrada Principal
- Hasteamento das Bandeiras Nacional, Paulista e de Serra Negra.
- Abertura da Exposição Paralela ao 38º Congresso Estadual de Municípios.

19:30H - *AUDITÓRIO PRINCIPAL*
- Bênção e entronização de Cristo no recinto do Congresso.
- Instalação solene do 38º Congresso Estadual de Municípios pelo Vice-Governador de São Paulo, **Dr. Aloysio Nunes Ferreira Filho**.
Palavra do Secretário de Estado do Governo, **Dep. Michel Temer**.

21:30 H - Visita às instalações da Exposição Paralela.

DIA 17 - 5ª FEIRA
Período da Manhã
AUDITÓRIO PRINCIPAL
8:30 às 11:00 H - Reunião Plenária
8:30 às 11:00 H - *AUDITÓRIO 2*
"Desenvolvimento Local - Alternativas e Instrumentos"
CEPAM - FÓRUM PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO - CPOS - NOSSA CAIXA NOSSO BANCO - BANESPA - SPG - SEBRAE - FUNDAP - PROCON - IPEM - SEC. SAÚDE - CEI.
8:30 às 11:00 H - *AUDITÓRIO MEZZANINO*
"Agricultura e Desenvolvimento"
SEC. DA AGRICULTURA - SEC. DO MEIO AMBIENTE - SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS - SEC. DO TRABALHO - IPT - SEC. ENERGIA - ITESP.
AUDITÓRIO PRINCIPAL
11:30 às 12:30 H - **Dr. Édis Milaré**
Secretário de Estado do Meio Ambiente.
Período da Tarde
AUDITÓRIO PRINCIPAL
Tema: "A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA COMO FATORES DE SOBREVIVÊNCIA DOS MUNICÍPIOS" e "REGIÕES METROPOLITANAS"
14:30 H - **Dr. Roberto Rodrigues**
Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento.
15:00 H - **Dr. Eduardo Maia de Castro Ferraz**
Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.
15:30 H - **Dr. Carlos Augusto Meinberg**
Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA.
16:00 H - **Dr. José Campello Nogueira**
Diretor Presidente da Nossa Caixa Nosso Banco.
16:30 H - **Dr. Eduardo Antonio Peres Fernandes**
Diretor Presidente da Companhia de Seguros de São Paulo - COSESP.
17:00 H - **Dr. Irani Cavagnoli**
Diretor Superintendente do SEBRAE.
17:30 H - "A lei nº 8510 e os Municípios"
Dep. José Antonio de Barros Munhoz
AUDITÓRIO PRINCIPAL
19:00 às 21:00 H - "Curso de Direto e Administração Municipal"
Coordenação: Professor **Adilson Abreu Dallari**
" Regiões Metropolitanas, Aglomerados Urbanos e Micro Regiões - Instituição e Funcionamento - Preservação da Autonomia Municipal"
Darcy Fernandes Pimentel
"Legislação Paulista - A experiência da região de Campinas".
Carlos Ari Sundfeld
"Prestação de Serviços Públicos - Terceirização".
Adilson Abreu Dallari
"Poder de Polícia - Proteção Ambiental - Uso do solo metropolitano".
Participarão como debatedores, respondendo a eventuais indagações sobre assuntos correlatos, os professores **Edgard Neves da Silva**, **José Carlos Macruz** e **Maria Tarquinia Vieira Moreira**.
A freqüência será obrigatória para a obtenção do certificado (no mínimo 2/3 da freqüência).

DIA 18 - 6ª FEIRA
Período da Manhã
AUDITÓRIO PRINCIPAL
8:30 às 10:30 H - Reunião Plenária
8:30 às 11:00 H - *AUDITÓRIO 2*
"Regionalização e Metropolização"
CEPAM - EMPLASA - IGC - ATL - SEADE - IPT.
8:30 às 11:00 H - *AUDITÓRIO MEZZANINO*
"Indústria e Desenvolvimento"
SEC. DA ENERGIA - CESP, ELETROPAULO, CPFL, COMGÁS - IPEN.
AUDITÓRIO PRINCIPAL
10:30 às 11:00 H - **Vereador Miguel Colassuono**
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.
11:30 às 12:30 H - **Dr. José Fernando da Costa Boucinhas**
Secretário de Estado dos Negócios de Planejamento e Gestão.
Período da Tarde
AUDITÓRIO PRINCIPAL
Tema: "A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA COMO FATORES DE SOBREVIVÊNCIA DOS MUNICÍPIOS" e "REGIÕES METROPOLITANAS"
14:30 H - "A Petrobrás e os Municípios"

15:00 H - **Dr. Ricardo Ohtake**
Secretário de Estado da Cultura.
15:30 H - **Dr. Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo**
Secretário de Estado dos Negócios da Administração e Modernização do Serviço Público.
16:00 H - **Dr. Fausto Eduardo Pinho Camunha**
Secretário de Estado dos Negócios de Esporte e Turismo.
16:30 H - **Dr. Odyr José Pinto Porto**
Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública.
17:00 H - "O Município e o problema penitenciário"
Dr. José Mello Junqueira
Secretário de Estado da Administração Penitenciária.
17:30 H - "Autonomia financeira das regiões metropolitanas"
Dr. José Machado de Campos Filho
Presidente da Fundação Pedroso Horta
AUDITÓRIO PRINCIPAL
19:00 às 21:00 H - Continuação do "Curso de Direito e Administração Municipal"
"Legislação Eleitoral e Partidária"
José Bispo Sobrinho
"Convenções partidárias - Impugnações - Propaganda Eleitoral".
Antonio Carlos Mendes
"Inelegibilidades - Recursos Eleitorais".
Marcio Cammarosano
"Os servidores públicos e a Legislação Eleitoral".
Participarão como debatedores, respondendo a eventuais indagações sobre assuntos correlatos, os professores **Edgard Neves da Silva**, **José Carlos Macruz** e **Maria Tarquinia Vieira Moreira**.

DIA 19 - SÁBADO
Período da Manhã
AUDITÓRIO PRINCIPAL
8:30 às 11:00 H - Reunião Plenária
8:30 às 11:00 H - *AUDITÓRIO 2*
"Regionalização e Metropolização"
SABESP - DAEE - EMTU - METRO - SEADE - DER - DERSA - CPTM.
8:30 às 11:00 H - *AUDITÓRIO MEZZANINO*
"Indústria e Desenvolvimento"
SCTDE - CETESB - IPT - SPG - SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS - CDHU - SEC. DA SEGURANÇA.
AUDITÓRIO PRINCIPAL
11:30 às 12:30 H - "Trabalho e Habitação"
Dr. Jurandir da Paixão de Campos Freire Filho
Secretário de Estado da Habitação.
Período da Tarde
AUDITÓRIO PRINCIPAL
Tema: "A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA COMO FATORES DE SOBREVIVÊNCIA DOS MUNICÍPIOS" e "REGIÕES METROPOLITANAS"
14:30 H - "A municipalização dentro da Implantação do SUS"
Dr. Carmino Antonio de Souza
Secretário de Estado da Saúde.
15:00 H - "O meio ambiente e a construção de estradas"
Dr. Márcio Meira Ribeiro
Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes.
15:30 H - **Dr. Jorge Fagali Neto**
Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos.
16:00 H - **Dr. Romeu José Bolfarini**
Secretário de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, em exercício.
16:30 H - **Dr. Walter Pedro Bodini**
Secretário de Estado de Energia.
17:00 H - "Tarifa e Iluminação Pública"
Dep. Luiz Carlos Santos
17:30 H - **Dr. Carlos Estevam Aldo Martins**
Secretário de Estado da Educação.
18:00 H - **Dr. Paulo Salim Maluf**
Prefeito Municipal de São Paulo.
AUDITÓRIO PRINCIPAL
19:00 às 21:00 H - Continuação do "Curso de Direito e Administração Municipal"
" Gestão Financeira e Orçamentária - Contratações - Prestação de Contas"
Toshio Mukai
"Licitações: preços mínimos, reajustes e correções, prazos contratuais".
Sérgio Baptista
"Falhas nas prestações de contas - Despesas com ensino - Despesas impróprias - Movimentação de pessoal".
Moacyr de Araújo Nunes
"Participação da Câmara Municipal - Irregularidades - Responsabilidades - Sansões".
Participarão como debatedores, respondendo a eventuais indagações sobre assuntos correlatos, os professores **Edgard Neves da Silva**, **José Carlos Macruz** e **Maria Tarquinia Vieira Moreira**.

DIA 20 - DOMINGO
AUDITÓRIO PRINCIPAL
8:30 às 11:00 H - **Profª Therezinha Fram**
Secretária de Estado da Criança, Família e Bem Estar Social.
Dr. Antonio Corrêa Meyer
Secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.
"Geração de Emprego"
Dr. Plínio Gustavo Adri Sarti
Secretário de Estado das Relações de Trabalho.
Dr. Flávio Fava de Moraes
Reitor da USP.
Dr. Arthur Roquete de Macedo
Reitor da UNESP.
Dr. Carlos Alberto Vogt
Reitor da UNICAMP.
Dr. Roberto Muller Filho
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.
12:00 H - Sessão solene de encerramento presidida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, **Dr. Luiz Antonio Fleury Filho** e Excelentíssima Senhora **Nair Passos Fleury**, Presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.
12:45 H - Entrega ao Senhor Governador **Dr. Luiz Antonio Fleury Filho**, da Carta de Serra Negra, versão 1994 e da Pauta de Reivindicações.
Participação Especial: **Dr. Vitor Sapienza**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Programação Especial

No período de 17 a 19 de março, 5ª, 6ª e sábado, haverá uma programação especial, destinada às presidentes de Fundos Municipais e esposas de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, presidida pela **Sra. Nair Passos Fleury**, Presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Patrocínio:

nossa caixa NOSSO BANCO

banespa
A FORÇA DA NOSSA GENTE

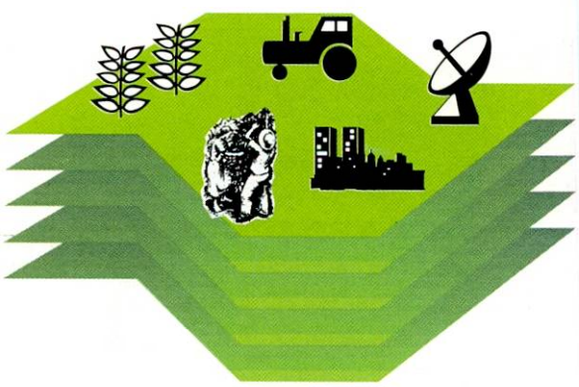
Ano 40 PETROBRAS BR PETROBRAS

IMPRESSO

Av. Paulista, 1776 - 6º andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Fones: (011) 283-0740/284-1067/289-8304/289-7635 - Fax.: (011) 284-1667

APM
Associação Paulista de Municípios
FUNDADA EM 1948

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS SP



38º Congresso Paulista de Municípios

Serra Negra- Março/94



Exmo. Sr.
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Empresários destinam percentual do IR à defesa dos direitos da criança

A Fundação Maurício Sirotski Sobrinho, sediada no Rio Grande do Sul, iniciou, desde agosto passado, uma campanha que objetiva motivar os empresários a destinarem ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 1% do imposto de renda devido mensalmente à União.

O IBAM, não só apóia a campanha, como também recomenda às Administrações Municipais a adoção de iniciativas que, como essa, venham a proporcionar maiores investimentos na garantia dos direitos constitucionais de crianças e adolescentes.

Prefeitura de Uberlândia elabora seu plano de cargos e carreiras

A Prefeitura de Uberlândia contratou o IBAM para assessorar uma equipe local visando capacitá-la para a elaboração do plano de cargos e carreiras dos servidores municipais.

O projeto, concluído em dezembro, concretizou-se através da realização de três visitas de técnicos do IBAM à Prefeitura, cada uma delas com a duração de duas semanas.

O interessante nesse tipo de metodologia, além da economia de custos, é o envolvimento dos recursos humanos locais comprometidos no projeto, cabendo, no entanto, ao IBAM as atividades de orientação técnico-jurídica e o acompanhamento na execução das tarefas executadas pela equipe da própria Prefeitura.

Redução das transferências preocupa o IBAM

Estudo realizado pelo Banco de Dados Municipais – IBAMCO constatou que em 1988 o montante das transferências federais previstas na Constituição em favor dos Municípios de coeficiente 0,6 atingia 280 mil dólares, tendo aumentado para 550 mil dólares em 1990 e caído para 400 mil dólares em 1992.

Esta queda, que se deveu à diminuição do FPM, afetou dramaticamente as finanças dos Municípios, uma vez que o FPM representa mais da metade dos recursos de 52,8% dos Municípios brasileiros, sendo que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, juntas, esta dependência se faz sentir em nada menos que 71% dos seus Municípios.

Estes dados deixam o IBAM preocupado com o impacto que a possível retenção de 15% das transferências constitucionais, previstas com a criação do Fundo Social de Emergência, trará para as finanças dos Municípios em 1994 e 1995, não imaginando como poderão continuar a manter o ritmo de atendimento aos setores prioritários de saúde, educação e assistência social.

O IBAM, como instituição de defesa dos Municípios, está atento para que esse tipo de medida não seja adotado pelas repercussões negativas que irá provocar no fomento da Administração Municipal.

Municípios terão imunidade do IPMF

O Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva de 15/12/93, excluiu os Estados, Municípios, autarquias e fundações públicas da incidência do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, garantindo-lhes o reconhecimento da imunidade tributária como decorrente do princípio federativo.

O IPMF voltará a ser exigido a partir deste mês, não incidindo sobre as movimentações financeiras daquelas entidades públicas.

Cópia do acórdão encontra-se à disposição dos Municípios filiados ao IBAM.

Livro explica tudo sobre licitações e contratos

O Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Marcos Juruena Villela Souto, acaba de publicar pela Editora Esplanada o livro *Licitações & Contratos Administrativos – Lei 8.666/93 Comentada*, trabalho destinado à orientação prática dos profissionais que lidam com o tema.

A publicação enfoca os principais problemas relacionados com a realização de licitações e contratos e pode ser adquirida através de pedidos pelo reembolso à Livraria do IBAM ao preço unitário de CR$ 9.180,00.

IBAM assessora Câmara Municipal de Areado na legislação da reforma administrativa

No período de 29 de novembro a 3 de dezembro de 1993 os assessores técnicos do IBAM, Sergio Araújo Nunes e Gilda Goffi, estiveram no Município de Areado, Estado de Minas Gerais, e prestaram assessoria à Câmara Municipal nos projetos de leis sobre reforma administrativa, plano de cargos e carreiras, regime jurídico único e estatuto dos servidores, bem como sobre o plano de previdência municipal, encaminhados pelo Prefeito.

Os assessores do IBAM reuniram-se com os Vereadores, Prefeito e Secretários e discutiram detalhadamente os projetos, propondo, inclusive, algumas alterações necessárias ao desenvolvimento institucional do Município, obtendo grande apoio das autoridades municipais.

Publicações à venda na Livraria do IBAM

- ***A Lei 4.320 Comentada***
  J. Teixeira Machado Júnior e Heraldo da Costa Reis
  1993, IBAM ..... CR$ 4.000,00
- ***Manual do Prefeito***
  1992, IBAM ..... CR$ 4.000,00
- ***Descentralização Governamental, Município e Democracia***
  Gleisi Heisler Neves
  1993, IBAM ..... CR$ 800,00
- ***O Município e o Parcelamento do Solo***
  Diógenes Gasparini
  1993, Saraiva ..... CR$ 4.380,00
- ***Das Licitações Públicas***
  José Cretella Júnior
  1992, Forense ..... CR$ 8.465,00

MODERNIZE SUA ADMINISTRAÇÃO: PROCURE O IBAM

LEIA E PASSE ADIANTE

IBAM

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 34.661, de 19.11.53.
Reconhecido de Utilidade Pública pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, Lei nº 2.149/93.

NOTICIÁRIO ibam

PORTE PAGO
DR – RIO
ISR – 52-236/81

LARGO IBAM, Nº 1 – 22271-070 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (021) 266-6622 – Telex (21) 22638 INBM BR – Fax (021) 537-1262

EXMO.SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
Holambra
13825-000 SP 117

IMPRESSO

Nº 338 — JANEIRO/94

Municípios apresentam emendas à Constituição

Através do Conselho Brasileiro de Administração Municipal, lideranças municipalistas apresentaram, no dia 7 de dezembro passado, propostas de emendas à Constituição Federal, com o objetivo de fortalecer os Municípios no quadro governamental brasileiro e consolidá-los como entidades importantes de nosso sistema federativo.

Naquela oportunidade, as lideranças municipalistas se reuniram com o Deputado Nelson Jobim, Relator Geral da Revisão Constitucional, para apresentação das propostas dos Municípios, e com o Senador Humberto Lucena, Presidente do Congresso Nacional. As propostas foram encaminhadas através dos Deputados Federais de diferentes Unidades da Federação.

Assistência social – direito do cidadão

O Presidente da República promulgou em 7 de dezembro passado a Lei nº 8.742, publicada no *Diário Oficial* de 8 de dezembro, que dispõe sobre a organização da assistência social.

De acordo com essa lei, os Municípios deverão instituir conselhos, fundos e planos municipais de assistência social, condição para que possam receber repasses da União vinculados à atividade.

O Conselho Municipal terá diversas atribuições, entre elas a de regulamentar as concessões dos benefícios previstos na Lei nº 8.742/93, observados os critérios definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Cópia da lei, que ainda será regulamentada, encontra-se à disposição das Prefeituras e Câmaras filiadas ao IBAM.

Contribuição anual ao IBAM pode ser paga com desconto

O pagamento da contribuição anual ao IBAM, relativa a 1994, pode ser efetuado em qualquer agência bancária, com desconto, até o dia 17 de janeiro.

O documento para efetivação do pagamento está sendo enviado pelo correio. Caso sua Prefeitura ou Câmara não receba a guia de pagamento, entre em contato com o IBAM pelo telefone (021) 266-6622, ramal 285.

Esse apoio é fundamental para as atividades de defesa e fortalecimento dos Municípios, desempenhadas pelo IBAM ao longo dos seus 41 anos.

Compensação financeira da previdência

A Consultoria Jurídica do IBAM preparou, a pedido do Deputado Luiz Carlos Hauly, do Paraná, anteprojeto de lei regulamentando a compensação financeira pelos sistemas previdenciários, conforme prevê o § 2º do art. 202 da Constituição da República.

O referido documento foi encaminhado àquele congressista como subsídio para a solução do problema, que tem sido objeto de inúmeras consultas formuladas pelos Municípios.

Medida Provisória nº 388 mantém as alterações na Lei de Licitações

Tendo expirado o prazo de validade da Medida Provisória nº 372, de 17/11/93, sem que o Congresso Nacional a tenha convertido em lei, o Governo Federal editou a MP nº 388, publicada em 17/12/93, repetindo o texto da Medida Provisória nº 372 e alterando a redação original do § 4º do art. 45 e do *caput* do art. 46.

As Prefeituras e Câmaras filiadas ao IBAM que se interessarem podem solicitar cópia da Medida Provisória em vigor.

ISSN 0 100-8846

A missão do IBAM é promover – com base na ética e na independência partidária – o Município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade democrática e a valorização da cidadania.